

Costa  
M  
R

**10ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA****ATA N.º 10/2023****SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2023**

-----Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

-----Às vinte e uma horas e quinze minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

**PRESENTES:-----****MEMBROS ELEITOS:-----**

- - Leonel Domingos Reis Vieira da Silva;-----
- - José Bernardino Pinto Nogueira;-----
- - João Carlos Pinto Correia;-----
- - **Óscar Miguel Sobral da Silva**, substituto de Eduarda Filipa Pereira Ferreira;-----
- - Rúben João Pinto Bessa;-----
- - Antero de Sousa Correia, substituto de Maria José Pacheco Meireles Magalhães;-----
- - Pedro Miguel Amaral Silva;-----
- - Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira;-----
- - Vítor Carlos Almeida da Silva;-----
- - Ana Cristina Leal Moreira;-----
- - Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes;-----
- - Ricardo Manuel de Bessa Marques;-----
- - Pedro Filipe Teixeira de Faria;-----
- - Paulo Alexandre Pedro de Magalhães;-----
- - Carlos Manuel Cunha Moreira;-----
- - Joana Sofia Pacheco Nogueira;-----
- - Maria de Lurdes Oliveira e Castro,-----

**OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO:-----**

- -- Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda;-----
- -- Luís Daniel Fernandes Peixoto, freguesia de Caide de Rei;-----
- -- Armando Jorge da Mota Moreira, freguesia de Lodares;-----
- -- Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira;-----
- -- Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde;-----
- -- Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno;
- -- **Adriano Ribeiro Ferreira**, como representante legal de António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----
- -- Eduardo António Sousa e Castro Taveira, da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida);-----

*Antero*  
*M*  
*R*

- Eduardo A. Vilar Barbosa, da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem;-----
- João Fernando Pinto Magalhães, da União das freguesias de Figueiras e Covas;-----
- Armando da Costa Silva, da União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão); -----
- Fausto Manuel da Costa Oliveira, da União de freguesias de Silvares, Pias, noqueira e Alvarenga. -----

----- Verificou-se estarem presentes 29 Membros Municipais, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores, Maria do Céu Vieira Rocha, Carlos Manuel Soares Nunes, Nelson Ângelo Coelho Oliveira e António Augusto dos Reis Silva. -----

-----Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão. -----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- A Presidente da Assembleia da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos: -----

----- **Justificação de falta à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 24 fevereiro de 2023 de:**-----

- **Armando da Costa Silva, Presidente da Junta da União das Freguesias Lustosa e Barrosas (Santo Estevão).** -----
- **João Fernando Pinto Magalhães, Presidente da Junta da União das Freguesias de Figueiras e Covas** -----

**E**

-----Pedido de substituição nos termos do artigo 78.º e 79.º da Lei 169/99 de 18 de setembro (versão atualizada): -----

- **Maria José Magalhães (Partido Socialista) SUBSTITUÍDA por Antero de Sousa Correia.**-----
- **Euarda Filipa Pereira Ferreira, (Partido Socialista) SUBSTITUÍDA por Óscar Miguel Sobral da Silva.**-----

-----E, pedido de substituição de nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada e, al. º c) do n.º 1 do artigo 18 da lei n.º 75/2012 de 12 de setembro (versão atualizada):-----

- **António Fernando Morais da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém substituído pelo seu Representante Legal Adriano Ribeiro Ferreira.** -----

castro  
mj  
RE

----Mais ainda se deu conhecimento das Atas das Reuniões da Câmara Municipal: -----|

- N.º 33 da Reunião Ordinária de 13/03/2023; -----
- N.º 32 da Reunião Ordinária de 20/02/2023; -----
- N.º 31 da Reunião Ordinária de 06/02/2023; -----

-----Em seguida foi posta a discussão/votação a Ata da Assembleia Municipal n.º 9/2023, referente à Sessão Ordinária de 24 de fevereiro de 2023, não se tendo registado qualquer intervenção, foi colocada a votação, **a mesma foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes participantes na sessão de 24 de fevereiro de 2023.** -----  
Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----**ENTRARAM NA SALA, ÀS 21HORAS E 17MINUTOS, OS MEMBROS MUNICIPAIS: Agostinho Gaspar de O. Ribeiro**, do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada e, **Diogo Agostinho Carvalho Aires**, Presidente da Junta de freguesia de Sousela, Coligação Acreditar Lousada. -----

-----De seguida o Membro Municipal, **LEONEL VIEIRA**, da Coligação **Acreditar Lousada**, solicitou à senhora Presidente da Assembleia Municipal, **LURDES CASTRO**, autorização para fazer uma intervenção, antes de entrar no **Período de Intervenção dos Grupos Municipais**, o qual foi concedido. --

-----**Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Boa noite, senhora Presidente, se me permite em nome da Coligação, mas provavelmente em nome de todos nós, gostaria de propor à Mesa, se assim fosse possível um minuto de silêncio pelo falecimento do **Sr. Capitão José Campos Barros**, foi membro desta Assembleia durante pelo menos um mandato e se a Mesa não visse nenhum inconveniente deixaria esta proposta da forma como estou a fazer.» -----

-----**Resposta da senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro:** «Penso que será unânime e é, sem dúvida, merecida essa homenagem e esse minuto de silêncio.» -----

-----**PROPOSTA:** "A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo

falecimento de José Augusto Campos de Barros (Capitão Campos de Barros)".-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Aprovado, por unanimidade dos membros presentes na sessão. -----

-----Foi cumprindo um minuto de silêncio. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS** -----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período de intervenção dos Grupos Municipais**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes.-----

-----**Intervenção do Membro Municipal, ANA LEAL MOREIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** «Muito boa noite a todos, -----

-----Começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, excelentíssima Vereadora e Vereadores, Deputados e Deputadas Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia, Público, Comunicação Social, Lousadenses. -----

-----Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, venho hoje, mais uma vez, abordar o tema da nova paragem de autocarros da Praça das Pocinhas. Temos conhecimento que a respetiva paragem já entrou em funcionamento e por isso venho questionar-lhe, quais as diferenças que a sua inauguração produziu na prática? Uma vez que estamos a falar de uma estrutura que custou de mais de 700 mil euros ao município e que agora serve tão só como pano de fundo para anúncios de vendas automóveis. Senhor Presidente se for para isso tenho a certeza que poderia beneficiar os lousadenses de uma melhor forma e, nomeadamente o condomínio de algum prédio serviria para fixar esses anúncios. Qualquer das formas, questiono quais é que são efetivamente os benefícios para os lousadenses? Não me parece que se consigam movimentar com a paragem para algum lado. Fazendo uma simples analogia costuma-se dizer que não se consegue construir uma casa pelo telhado, mas parece que o município consegue uma vez que constrói uma central sem uma rede de mobilidade e de autocarros para colocar lá!... É preciso primeiro investir e alargar a rede de transportes públicos em Lousada, de modo que, a D. Emília de Lustosa consiga vir para o Centro de Saúde, do centro da Vila; para que o senhor Manuel consiga ir de Lousada para a estação de comboios de Penafiel e, para que eu própria consiga ir daqui para Braga para a universidade. Portanto, agradeço que me esclareça esta questão e também agradeço que não distorça as palavras e que não queira passar a ideia de que a

lousada  
m  
fl

Coligação Acreditar Lousada, é contra a construção daquela estrutura, até porque sempre votamos a favor e, isso pode-se comprovar através das reuniões de Câmara. E, queremos só perceber qual é o efeito prático dos 700 mil euros, allás mais de 700 mil euros que se traduzem na prática. Obrigado.» -----  
-----

----- **ENTROU NA SALA, ÀS 21 HORAS E 27 MINUTOS, O MEMBRO MUNICIPAL: João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca, Partido Socialista.** -----  
-----

----- **Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores Membros da Assembleia, Comunicação Social, estimado Público, Lousadenses. -----

----- Os Presidentes de Junta tal como os membros do executivo na Câmara municipal de Lousada e dos eleitos para esta Assembleia Municipal, são eleitos pelo voto dos eleitores, após encabeçarem uma lista de um partido político ou de um grupo de cidadãos. Em Lousada todos os Presidentes de Junta foram eleitos em representação de um partido político, pelo PS ou pela Coligação, neste caso PSD.CDS-PP. Após o ato eleitoral todos os Presidentes de Junta têm a mesma legitimidade democrática, independentemente do partido ou coligação por que foram eleitos. Mas, aqui em Lousada tal não está a acontecer. Claramente, os Presidentes de Junta eleitos pela Coligação PSD.CDS-PP, estão a ser prejudicados e hostilizados pela maioria Socialista que governa a Câmara Municipal de Lousada. E, já agora, permitam-me que vos diga de entre os Presidentes de Junta eleitos pelo Partido Socialista, alguns poucos Presidentes de Junta que também estão a ser prejudicados relativamente aos restantes com um prejuízo para as suas populações. No PS, há Presidentes de Junta, claramente perante a Câmara Municipal que são considerados de primeira ou de terceira. Não podemos aceitar tratamento desigual para com os senhores Presidentes de Junta, eleitos democraticamente pelos eleitores. Não podemos aceitar que os ofícios apresentados na Câmara Municipal pelos senhores Presidentes de Junta eleitos pela coligação PSD.CDS-PP, demorem dois anos ou mais até obterem uma resposta do senhor Presidente da Câmara ou dos senhores Vereadores. Não podemos aceitar que o Senhor Presidente da Câmara após pedido de agendamento demore semanas e muitas vezes mais do que um mês para reunir com os Presidentes de Junta eleitos pelo PSD.CDS-PP quando para reunir com qualquer cidadão o faça em menos de uma semana. Não podemos aceitar que os Senhores Presidentes de Junta eleitos pelo PSD.CDS-PP tenham de esperar horas nos edifícios da Câmara Municipal para poderem ser atendidos nos serviços municipais, após serem obrigados a tirar senha no atendimento como qualquer outro cidadão. Por outro lado, alguns Presidentes de Junta eleitos pelo PS têm via verde para

circular pelos Gabinetes dos Técnicos, dos Vereadores e até do Gabinete do senhor Presidente da Câmara. Mas, a injustiça e a desigualdade de tratamento, vai muito mais além. A Câmara Municipal quando faz obras nas freguesias dos Presidentes de Junta eleitos pela coligação PSD.CDS-PP, não ouve o respetivo Presidente de Junta, nem lhe dá qualquer conhecimento. O Senhor Presidente de Câmara raramente tem disponibilidade para reunir nas freguesias com os Presidentes de Junta eleitos pela coligação PSD.CDS-PP. O senhor Vereador das obras nunca está no terreno a acompanhar as obras. Aliás, com o devido respeito pela pessoa, a Câmara Municipal não tem Vereador das Obras Públicas, porque quem realmente exerce o cargo é o Diretor do Departamento, o Sr. Eng.º José Carlos Nogueira. Mais, durante o horário de trabalho, os funcionários da obra civil da Câmara Municipal estão muitas vezes a trabalhar ao serviço das Juntas de Freguesia lideradas pelo Partido Socialista, nas da coligação PSD.CDS-PP nunca ou raramente isso acontece. Os Presidentes de Junta eleitos pelo PSD.CDS-PP, se pretenderem os serviços dos funcionários da Câmara Municipal de Lousada, estes apenas estão disponíveis aos sábados, aos feriados ou ao final do dia, durante o horário de Verão. Mas a Junta de Freguesia tem obviamente de lhes pagar. E, isto é fácil de comprovar, basta percorrer as freguesias durante o horário de trabalho e no horário pós-trabalho para confirmar o que acabo de dizer. Este tratamento diferenciado é antidemocrático e intolerável. Mas, senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores, a injustiça e a desigualdade de tratamento entre as Juntas de Freguesia PS e as do PSD.CDS-PP não fica por aqui, por exemplo: as pavimentações de alcatrão durante a semana são feitas nas Juntas lideradas pelo PS, nas do PSD.CDS-PP, é quase sempre ao fim de semana. É diferença é que as juntas PSD.CDS-PP, têm de pagar aos funcionários da Câmara Municipal e as do PS como é dentro do horário de trabalho nada pagam. Senhor Presidente, senhores Vereadores, senhores Deputados, a disponibilidade das máquinas da Câmara ao serviço das Juntas de Freguesia é sem dúvida uma boa ajuda, mas não é suficiente. As Juntas de Freguesia senhor Presidente da Câmara não dispõem de dinheiro suficiente para pagar os serviços prestados pelos funcionários da Câmara Municipal, isto obviamente, relativamente às Juntas lideradas pelo PSD.CDS-PP, porque a maioria das Juntas do Partido Socialista como aqui já referi podem fazer obras e construir equipamentos sem pagar a mão de obra, porque a Câmara Municipal executa essas obras durante o horário de trabalho dos seus empregados. Outro problema, outra injustiça é a distribuição de material pelas Juntas de Freguesia. A Juntas lideradas pelo PS têm o material sempre que precisarem, as lideradas pelo PSD.CDS-PP têm de esperar meses após requisitarem os materiais para as obras que pretendem executar. Não há qualquer controle na distribuição de material, não é possível saber para que Freguesia vai o material. Esse registo não é público, ao contrário do que anunciou e prometeu o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Recordo que há quase 10 anos o senhor Presidente da Câmara comprometeu-se a criar um centro de controlo de obras e material nas Freguesias e que enviaria anualmente um

relatório onde constariam as transferências de material para as Juntas de Freguesia, mas até hoje esse centro de controlo não saiu do papel e todos nós percebemos porquê? Porque quer continuar a beneficiar os Presidentes de Junta eleitos pelo seu partido. Senhor Presidente da Câmara, em nome do respeito institucional e democrático, os autarcas da Coligação PSD.CDS-PP, exigem justiça e transparência. Quero que saiba, quero que saibam que estamos atentos, porque não podemos aceitar que as Freguesias, mas principalmente as suas populações sejam prejudicadas por questões políticas-partidárias. Disse.»-----  
-----

-----**ENTROU NA SALA, ÀS 21 HORAS E 32 MINUTOS, O MEMBRO MUNICIPAL: José Oliveira Nunes**, Presidente da Junta da União de Freguesias Nespereira e Casais, Coligação Acreditar Lousada. -----  
-----

----- **Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CORREIA, Partido Socialista:** «Senhora Presidente de Assembleia, senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores, estimados Colegas. -----

Eu fiquei estupefato, porque quando cheguei hoje aqui eram duas e meia da tarde e achei que devia falar de alguma coisa e resolvi falar da paragem de autocarros, portanto trouxemos o mesmo tema. A diferença é que vinha elogiar, porque tirei uma fotografia às duas e meia da tarde, se quiserem mando-vos. E, estavam aqui à volta de duas dezenas de pessoas e pelo menos quatro autocarros, hoje às duas e meia, a senhora Dra. ainda passa mais tempo fora de Lousada do que eu, de certeza! Portanto, alguém está a ver mal, alguém não está a utilizar isto! Depois, 700 mil euros, tanto quanto sei não foi um investimento total da autarquia, acho que houve e corrijam-me se estiver enganado, houve fundos comunitários, houve uma participação. E, em momento algum nós podemos vir aqui defender uma criação de uma rede de transportes dentro do concelho sem que para tal existam as infraestruturas necessárias e este é apenas o começo, parece-me a mim!... E, portanto, contra esta imagem e contra aquilo que vi, parece-me que não há muitos argumentos, porque trata-se de um espaço que está a ser utilizado seja pelas operadoras de transporte público, seja pelos cidadãos, não sei o que é que nos podemos queixar. A obra está engraçada, esteticamente bonita, desempenha o seu papel, foi um investimento, houve terraplanagens, houve toda uma recuperação daquela zona. Não sei que mais podemos pedir. Quanto às assimetrias entre freguesias? Aproveito só para dizer uma coisa, não tenho noção que essas assimetrias sejam assim tão grandes e, quem visita o concelho de certeza que também não tem noção que essas assimetrias sejam assim tão grandes. De todo modo, está aqui o senhor Presidente que é muito mais avalizado do que eu para se referir quanto a isso.» -----  
-----

----- **Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Muito boa noite a todas e a todos.»-----

----- Começando por responder à senhora deputada, Ana Cristina Moreira. O que eu diria depois de a ouvir, é que o PSD parece algo hesitante na sua estratégia, porque sistematicamente dá uma no cravo e outra na ferradura, avança, recua, enfim... E, muitas das vezes, para salvaguardar a sua própria face, como tem acontecido com este assunto daquela infraestrutura que se destina a dar uma melhor resposta ao sistema de transportes, porque de quando em vez propaga notícias ou publicações nas redes sociais que parecem publicações dos partidos extremistas, que agora está na moda, dizer-se mal dos investimentos avultados, independentemente se eles fazem sentido, se valorizam os espaços, se têm determinados propósitos. Está na moda, dizer mal daquilo que custa muito dinheiro, mesmo quando somos nós, afinal, que concordamos com eles e, que aprovamos por unanimidade. E, depois essa necessidade de vir dizer que não se nota melhoria nenhuma no sistema de transportes pelo surgimento dessa inauguração! O espaço não foi inaugurado, foi aberto. A Sra. Deputada não nota ali nenhuma melhoria? A melhoria não é automática pela existência daquela infraestrutura. É automática, sim, para as condições de conforto, para quem é utilizador dos transportes públicos pois não tinham esse conforto sobretudo no inverno e, que agora passam a ter. É uma obra de referência do ponto de vista arquitetónico e os territórios também se tornam atrativos por isso, pelo interesse arquitetónico dos seus edifícios, dá uma resposta efetiva a uma necessidade que estava identificada há muito tempo e daí a sua localização que é um espaço condigno para os autocarros que se dirijam ao centro de interpretação, poderem aparcar e, naturalmente que agora encaixa nessa dita estratégia de reforço do sistema de transportes. E, acho que é legítima a sua pergunta, mas a forma quase insidiosa como faz a questão que é questionar, afinal, que melhorias é que resultam dali, mas não deixa de dar a sua piadazinha quanto à questão dos 700 mil euros. Esses 700 mil euros, foi o custo da obra como aqui foi dito, foi uma obra financiada com fundos comunitários com 85%. É evidente que esses 85% podiam não ser usados ali e serem usados noutras obras, podíamos ter feito essa opção, mas que eu saiba e como aqui foi dito, esse investimento foi aprovado por unanimidade e, portanto, não terá sido de ânimo leve que os Srs. Vereadores da oposição e, no caso em concreto, creio que ainda foi o Dr. Leonel enquanto Vereador na altura que votou a favor, e bem na minha opinião. E, portanto, acho que podia ter-se limitado a questionar, afinal, quais são os benefícios? O que é que está previsto em termos de melhoria no reforço da resposta ao nível dos transportes e não dar essa piadazinha dos 700 mil euros. E, depois admiram-se de estes movimentos populistas estarem a ganhar cada vez mais espaço, porque cantam a mesma cantiga, cantam exatamente a mesma cantiga, depois, admiram-se, mas enfim... O que posso dizer à Sra. Deputada, é que, conforme já aqui foi dito e que depois tentaram confundir as pessoas com aquilo que eu disse, está neste momento a ser feito um estudo na Comunidade Intermunicipal, mas é um estudo de médio prazo para alterações profundas, eventualmente no sistema de transportes adequado à nossa realidade, porque é reconhecido por todos que é uma das

principais debilidades da região. Mas quando eu referi esse estudo, isso não implica que não haja melhorias imediatas. Nós estamos neste momento com um novo contrato que já foi assinado, que está neste momento em período experimental e com esse contrato vamos ter um conhecimento mais efetivo daquilo que é a nossa realidade, das suas potencialidades, dos seus problemas e podemos afinar as respostas que temos contratualizadas, ou seja, nós podemos alterar circuitos, podemos suprimir circuitos e criar outros em sua substituição, temos é que manter o equilíbrio do contrato e, portanto, tudo o que for aumentar a resposta em circuitos que não sejam economicamente sustentáveis é possível, mas é preciso alocar recursos, é preciso compensar os privados. É um exercício que pode e deve ser feito. Eu tenho recebido por parte de alguns concidadãos, a informação de que é necessário reforçar, por exemplo, o circuito de Lousada às estações de caminhos de ferro, porque os horários do transporte rodoviário do Porto para Lousada não são adequados à maior parte das necessidades dos cidadãos. E, sabemos que o caminho de ferro tem outra oferta, mas para a aproveitar melhor é necessário ter uma espécie de vaivém. No caso, até pedem para que seja em Penafiel e para quem se dirige para Porto, faz algum sentido, porque fica mais perto, mas aí já não deve ser uma resposta de Lousada, deve ser uma resposta da própria Comunidade Intermunicipal, que estamos a avaliar, e outro exemplo é o destino hospital. Das duas uma, ou esses circuitos são rentáveis ou vão gerar despesa, é uma questão de se adequar também essa resposta aquilo que for a verdadeira necessidade e, portanto, no limite, pode não se justificar ter um autocarro dos maiores, podemos ter outro tipo de soluções e estamos a estudar o assunto para que efetivamente possa existir essa melhoria e ela é sempre possível, volto a dizer: alocando mais recursos, pagando mais do que aquilo que pagamos. E, já não pagamos pouco, porque por força da pandemia, a única possibilidade que existiu aqui na região e em todo o país, para que as empresas não se recusassem a fazer grande parte das carreiras foi pagando obrigações de serviço público. O que é que é isso de obrigações de serviço público? É uma compensação que se paga às operadoras de transporte, para manterem explorações deficitárias, pois não vão andar com os autocarros para trás e para a frente a perder dinheiro, como é óbvio, porque a empresa iria durar pouco tempo. Isso já existia quando a responsabilidade era do IMTT e depois, quando passou para as Comunidades Intermunicipais, estas mantiveram essa possibilidade também de pagar as obrigações de serviço público e são autênticas fortunas que temos de pagar. Neste momento a grande parte dessa despesa está a ser paga pelos programas de apoio que foram criados pelo Estado, o PART e o PROTransP, mas se no futuro o Estado fechar essa torneira, eu não sei como é que os municípios vão aguentar com essas despesas. Portanto, está-se a criar aqui uma dependência que decorre de uma nova resposta que está a ser dada pelos municípios, e bem, e esta redução que houve do tarifário é de todos conhecida e aliviou, e de que maneira, os orçamentos familiares de muitas e muitas pessoas que usam os transportes públicos, mas confesso que me assusta um pouco o futuro, porque se daqui

Costa  
M  
~  
R

a uns anos um governo qualquer se lembrar de reduzir essas transferências, os municípios ficarão aflitos. Isto para dizer que temos de ser muito cautelosos nestas abordagens, porque é evidente que todos nós gostaríamos de ter um autocarro de 5 em 5 minutos para todo lado. Mas nessas abordagens e nessas melhorias que vamos fazer, temos de ser cautelosos, sobretudo quando os circuitos não têm procura suficiente para os tornar sustentáveis e é isso que estamos a fazer. E, neste momento, aquelas situações que estão identificadas como mais necessitadas é, sobretudo essa ligação para as estações de caminho de ferro e para o hospital, sem prejuízo, depois de poder também haver outras melhorias. E, nós também temos agora outras ferramentas para estudar a intensidade com que essas carreiras estão a ser usadas e poder fazer ajustes. Paralelamente a isso, também desenvolvemos contactos com a rede expresso, porque queríamos que Lousada passasse a constar das paragens da rede expresso. O que nos disseram é que, lá está, têm de ter garantias de que é viável do ponto de vista económico e, portanto, sugeriram também que Felgueiras se associasse e que, no fundo, o circuito fosse Felgueiras/Lousada e depois Porto. Creio que a Câmara de Felgueiras também já manifestou esse interesse e estamos agora a diligenciar nesse sentido para que essa melhoria da resposta, seja efetiva. -----

Relativamente à intervenção do Dr. Leonel Vieira, parece que o Dr. Leonel abriu o baú! Já há muito tempo que não se ouvia esta lengalenga aqui nesta Assembleia, portanto, daqui a algum tempo, vamos ouvir o Dr. Leonel dizer o que disse no passado, isto não é novo. E, no passado era a questão das associações, que o partido tentava apoderar-se das associações, quando na prática aquilo que se vê, é precisamente o contrário, é outras forças partidárias tentarem interferir em algumas associações, mas enfim é mais do mesmo, portanto, nós estamos de consciência tranquila. E, acho estranho como é que o Sr. Dr. Leonel Vieira, vem queixar-se aqui, quando eu não recebi queixa nenhuma dos Srs. Presidentes de Junta. Se porventura algum deles teve alguma dificuldade de falar comigo, eu faço "mea culpa", mas todos eles têm o meu número de telefone e quando eu não atendo, tenho o costume de devolver a chamada e, portanto, se as situações forem urgentes, eu tento, apesar da agenda não estar fácil, sobretudo nesta fase complicada de negociação do Norte 2030, com uma série de reuniões todas as semanas e deslocações. Mas o tempo vai-se organizando de forma a permitir dar resposta a todas as solicitações. E, portanto, acho estranho vir para uma Assembleia Municipal, dizer que, enfim, que o problema do concelho é esse, dificuldade de falar com o Presidente da Câmara, enfim... E depois, se os Srs. Presidentes de Junta têm de tirar senha ou não, quer dizer, eu próprio, se precisar de alguma coisa do atendimento, também devo chegar lá e tirar uma senha, não sou mais do que os outros, não é? Se for esse o caso, se eu precisar de alguma coisa enquanto cidadão no atendimento, é o que eu tenho de fazer, é chegar lá e tirar uma senha, não é? Portanto, também não percebi! Depois se os ofícios demoram dois anos a serem respondidos, acredito que sim, se for a resposta favorável, não é? Porque se é para dizer que não, não precisamos

leostro  


de tanto tempo, não é? Muitas das vezes, as soluções não são no momento que nós desejaríamos, que os Srs. Presidentes de Junta desejaríamos e que a própria Câmara desejaríamos. E, aquilo que às vezes não é possível no momento, acaba por ser possível em momento mais tardio, portanto, não sei se será esse o caso ou não, mas se temos o hábito de responder a tudo sem prejuízo de poder haver uma falha ou outra, que isso aí já eu próprio detetei e errar é humano, portanto este argumento, este discurso de que o Executivo Municipal discrimina as Juntas em função da sua cor partidária, eu acho que nem vocês acreditam nisso que dizem, porque isso não tem qualquer correspondência com a realidade. Nunca foi assim e nem será, porque isso contraria aquilo que são os meus princípios e os próprios Srs. Presidentes de Junta eleitos pela Coligação saberão certamente que isso é verdade. -----

Relativamente àquela questão que falou de não disponibilizarmos a listagem de material, isso foi falado na reunião de negociação que tivemos com as Juntas de Freguesia e podemos perfeitamente disponibilizar. Sem grande margem de erro, eu posso adivinhar que, se calhar, vão chegar à conclusão de que aqueles que têm acesso a mais material são justamente as Freguesias da Coligação, com grande destaque para Silves, Pias, Nogueira, Alvarenga, Figueiras e Covas e outros. E, para nós isso é bom, não é mau, é uma prova da relação de cooperação, e depende depois das dinâmicas de cada Junta de Freguesia. Agora querer ver o mal em tudo, a atitude persecutória, sinceramente, é como disse há pouco, se calhar nem vocês acreditam no que estão a dizer e estou de consciência tranquila. Nunca foi essa a minha forma de estar na vida e não será por acaso também que nos três atos eleitorais as pessoas souberam distinguir naquelas juntas em que a Junta é de uma força partidária e a Câmara de outra, as pessoas souberam distinguir, não é? Senão também teriam penalizado, digo eu, a Câmara Municipal. -----

Em jeito de conclusão repudio por completo, porque isso não tem qualquer fundamento e acho que até é ofensivo, ofensivo para a Câmara, para mim, para os vereadores e para os serviços. Agora também é verdade que há perfis diferentes das Juntas, seja do Partido Socialista, seja da Coligação. Há pessoas que são mais reservadas, há pessoas que são mais descontraídas e depende depois do perfil de cada um, não é? Agora, passadeiras vermelhas não existem para ninguém. Para ninguém! Aliás, está aqui o Sr. Vereador a dizer que ainda há dias viu o Sr. Presidente de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga no urbanismo, quer dizer, acho que não pediu autorização a ninguém? Nem tem de pedir! Isso significa ó contraria aquilo que eu ouvi aqui, porque parece que é preciso fazer um requerimento, mas, afinal, o senhor não fez nenhum requerimento, nem teve de tirar uma senha. Portanto, vamos ser honestos intelectualmente, porque esta conversa está repressa, tem de abrir outro baú porque esse aí já cheira a mofo!» -----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

Costa  
M  
R

-----Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar: -----

**1. -----Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----**

-----**Intervenção do Membro Municipal Pedro Amaral, da Coligação Acreditar Lousada:** «Antes de mais, cumprimento a Mesa da Assembleia, todo o executivo, na pessoa do senhor Presidente, os meus colegas Deputados, senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, o Público presente e os Lousadenses que nos acompanham via online. -----

Senhor Presidente, gostava de o interpelar a propósito das suas informações escritas, relativamente a dois pontos e, depois a propósito deles, colocar-lhe também uma outra questão de interesse para o Município. -----

A primeira interpelação tem que ver com as obras de beneficiação junto à Quinta de Vila Meã. E, para que não venha já o Partido Socialista dizer com a ladainha de que o CDS e a Coligação só criticam, que fique desde já assente de que reconheço a importância da beneficiação urbanística e sobretudo histórica daquele local, em especial a replantação de novas árvores que permitam perpetuar o enquadramento pré-existente. Mais do que a iniciativa artística nas árvores ancestrais, parece-me de facto mais relevante a replantação das novas árvores. Pois, bem, mas não posso de deixar de questionar primeiro, qual o custo total da intervenção artística que foi feita nas antigas tílias da quinta? E, também questionar se foi estudada eventualmente a possibilidade de elas poderem ser retiradas sem prejuízo e poderem ser enquadradas noutra local, no parque urbano ou em algum outro local onde se calhar o intuito da escultura fizesse mais sentido. A segunda questão também conexas tem que ver com a informação referente ao projeto Plantar Lousada. Mais uma vez, reconhecemos a importância da plantação de árvores sobretudo quando falamos de espécies nativas o que louvamos. No entanto, senhor Presidente, no esforço pela melhoria ambiental e pela biodiversidade não basta a plantação ou replantação de árvores, é preciso, simultaneamente apostar e incentivar uma contínua gestão florestal. De facto, não basta plantar 100 mil árvores, chamar-lhes um marco extraordinário e dizer que daqui a 20 anos vão reter milhares de toneladas de carbono. Se este executivo pensa que vai salvar o planeta ou contribuir para a melhoria das nossas matas, seguindo o exemplo de António Costa em Leiria plantando meia dúzia de árvores para depois lhes virar as costas e vir embora, está redondamente enganado. Sem acompanhamento, estudo, rentabilização e incentivo à gestão florestal, destas novas matas e das já existentes em meia dúzia de dias de hoje para amanhã, vem mais um incêndio, praga ou intempérie e em 20 anos estará aqui o futuro Presidente e os futuros deputados a debater quão lindas

pareciam no papel as 100 mil árvores plantadas em 2023. E, por isso, a minha questão é muito simples, se este projeto, para além do esforço inicial de plantação que aplaudimos, prevê também verbas meios e vontade política deste executivo para uma gestão florestal coerente e contínua que garanta, de facto, que a grande maioria destas árvores ainda estarão nas nossas matas daqui a 20 anos. E, finalmente, já que falamos de gestão florestal, queria também chamar atenção para o facto de, desde o início do ano, estranhamente, sempre após períodos de chuva terem sido noticiados dois incêndios florestais nas nossas serras aqui bem próximo, um em meados de fevereiro na Serra de Campelos e mais recentemente, há cerca de 15 dias em Santa Margarida, neste último com notícias de vários focos próximos e durante vários dias. E, por isso, queria saber quais as informações que o executivo dispõe sobre a origem destes focos de incêndio? Se tem eventualmente a informação sobre a sua origem, negligente ou intencional? Em qualquer dos casos, que medidas de prevenção e mitigação foram colocadas em curso pela Proteção Civil Municipal ou se pelo contrário o assunto colhe pouca importância política e mais vale deixar arder agora para não arder no Verão. Recordo-lhe que é Presidente da Proteção Civil Municipal e espero que tenha conhecimento sobre estas questões. Disse» -----

-----**ENTROU NA SALA, ÀS 21 HORAS E 55 MINUTOS, O MEMBRO MUNICIPAL: Nuno Daniel de Sousa Ferreira**, Presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Partido Socialista. -----

-----**Intervenção da Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** «Senhor Presidente de Câmara, relativamente à questão da paragem dos autocarros, que já se chamou Espaço Multimodal, presumo que ainda se deve chamar, queria lembrar o senhor Presidente de Câmara e todos os presentes, o seguinte: Nós Coligação PSD-CDS, no outro mandato e na altura Vereador na Câmara Municipal, aquando do lançamento do projeto, o senhor Presidente da Câmara deve-se recordar promovemos um debate público com a presença do Arquiteto Henrique Marques, foi o gabinete dele quem projetou o edifício, promovemos esse debate com a presença de alguns técnicos locais, nomeadamente arquitetos, engenheiros. Na altura defendemos publicamente e eu próprio na reunião de câmara e está nas atas defendemos não a construção daquele edifício naquele local, mas sim a construção de uma central de camionagem que servisse o concelho e a região, porque nós há muito tempo que defendemos que Lousada precisa de uma rede de transportes funcional como o senhor Presidente de Câmara há bocadinho acabou por referir que há um conjunto de debilidades na área dos transportes aqui no concelho e seguramente também na região. E, nós na altura defendemos a construção de uma central de camionagem, a nascente da Praça do Românico, mais próximo ali do local onde neste

momento está a ser construído um novo hipermercado aqui na Vila de Lousada. E, dizer-lhe senhor Presidente, que efetivamente nós defendemos a construção de uma central de camionagem no local que acabei de referir e, relativamente a este edifício que acabou por ser construído, votámos a favor da sua construção e da sua adjudicação, depois de obviamente sabermos que era dado adquirido que o edifício iria ser ali construído, aliás como bem sabe, nós mesmo quando discordamos de alguns projetos, depois na sua execução, obviamente que é uma questão meramente técnica e urbanística e nós normalmente facilitamos, votamos a favor e enquanto Vereador fiz isso várias vezes, mesmo discordando às vezes do projeto inicial, mas depois de decidido pela maioria da Câmara Municipal, é uma questão burocrática, é uma questão técnica e nós, nessas questões por norma nós votamos a favor. E, devo dizer que na altura chamamos a atenção daquele projeto, defendemos um outro, mas foi aquilo que a maioria do executivo decidiu e obviamente que o processo avançou como aliás está neste momento concluído, apesar de todas as debilidades que hoje já aqui foram apresentadas pela Ana Cristina Leal Moreira e que seguramente o senhor Presidente de Câmara, concorda. Agora se me permite, senhor Presidente, Câmara, relativamente às questões que abordei quanto ao relacionamento da Câmara Municipal para com os Presidentes de Junta eleitos pela Coligação PSD-CDS/PP, não fiquei nada esclarecido, nem fiquei menos preocupado com a intervenção do senhor Presidente de Câmara, porque não deu qualquer resposta concreta às questões que aqui evidenciei, formulei. Agora, se me permite senhor Presidente, gostaria de o interpelar sobre algumas outras questões, nomeadamente, relacionado com as questões ambientais. O Município de Lousada como aqui já foi referido tem publicamente dado bastante relevo às questões ambientais e ter realizado algumas iniciativas, aliás bastantes que merecem o nosso apoio, mas senhor Presidente de Câmara, quero que saiba que há seguramente muito ainda a fazer na área do ambiente. A questão dos constantes estranhos incêndios na Serra de Campelos, que aqui já foram abordados pelo meu antecessor, pelo Dr. Pedro Amaral, tem de merecer senhor Presidente de Câmara uma atenção muito especial da parte do município. É preciso alertar as autoridades policiais e judiciais para o que está a acontecer. A Serra de Campelos deveria ser o pulmão verde do nosso concelho, infelizmente é o principal foco de incêndios do nosso território e o depósito de lixo perigoso como todos nós há muito sabemos. Na Serra de Campelos do lado poente, o Rio Mezio está praticamente morto e assim vai continuar, porque se nada for feito, vai receber durante as próximas décadas os lixiviados dos resíduos perigosos depositados no Aterro da Rima em Lustosa. Mas, se o Rio Mezio quase não tem vida, o Rio Sousa também para lá caminha... Nos últimos nove meses, senhor Presidente de Câmara aconteceram quatro descargas de resíduos poluentes de cor cinzenta dizem no rio Sousa, a última foi no dia 10 do mês presente, deste mês de abril. Certamente, que o senhor Presidente de Câmara e o senhor Vereador do Ambiente são conhecedores desta preocupante situação, pergunto senhor Presidente de Câmara: Sabe o

senhor Presidente da Câmara, quem é a pessoa, a empresa ou a entidade que tem estado a poluir o Rio Sousa? O que tenciona fazer? Disse.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal ANA LEAL MOREIRA, Coligação Acreditar Lousada:** ««Antes de passar à minha intervenção, queria fazer apenas uma nota que é: vamos cingir-nos àquilo que realmente é e deixarmos de parece que ... Se o Sr. Presidente não tem argumentos para me refutar, não os tente encontrar, parece que, o que é, é e, mais vale aceitar que.... Ora muito bem, muito alegre-me saber que já estão a ser desenvolvidas duas das várias medidas que foram propostas pela Coligação Acreditar Lousada, na Moção apresentada sobre a Habitação Jovem Permanente, no dia 29 de setembro, onde até o PS se absteve. Contudo, acrescentar que para além da construção de habitações destinadas a arrendamento acessível em terrenos municipais dispersos pelas várias freguesias e da construção dos 45 fogos no terreno municipal junto à GNR, a Coligação propôs também a isenção de taxas de licenciamento, a isenção de IMT para a aquisição da primeira habitação, incentivos fiscais e financeiros e a criação de cooperativas de habitação jovem. Salientar que estas medidas nada têm de ilegal como quiseram fazer parecer na altura, tanto que até tive hoje conhecimento de que o nosso concelho vizinho Penafiel acabou de apresentar e aprovar a isenção de IMT para os jovens entre os 20 e 35 anos que possam adquirir a sua primeira habitação permanente até duzentos mil euros. E, a questão também das cooperativas que aqui foi também colocada em causa e houve sérias dúvidas, dizer que até ela agora está a ser colocada em cima da mesa por parte do governo. Por isso, Senhor Presidente, peço-lhe que não se abstenha nem se iniba de acolher as propostas que a Coligação apresentou, que, conforme todos vêm, só tem em vista a melhoria das condições de vida dos lousadenses, principalmente dos jovens que se fixem cá em Lousada. É o que nós queremos e o Município deve ajudar para que isso aconteça, eliminando as barreiras e criando condições para que isso se torne possível. Era com muito orgulho que poderia dizer que todos os jovens lousadenses têm a sua própria casa cá no seu concelho e, por isso, estou certa de que todas as propostas que são apresentadas pela Coligação Acreditar Lousada serão de fácil acontecimento e serão uma mais-valia para os jovens.»-----

-----**ENTROU NA SALA, ÀS 22 HORAS E 10 MINUTOS, O MEMBRO MUNICIPAL: Joaquim José Correia Bessa, Coligação Acreditar Lousada.** -----

----- **Intervenção de AGOSTINHO GASPAR, Coligação, Acreditar Lousada:** «Boa noite, senhora Presidente, na sua pessoa cumprimentar os elementos da mesa. Boa noite, senhor Presidente de Câmara, senhora e

Acostre  
M  
~  
R

senhores Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, excelentíssimo Público, Comunicação Social. -----

Eu pedi a palavra neste ponto, porque estava como estou sempre com alguma atenção às intervenções e queria e não podia deixar de passar aqui hoje de fazer alguns reparos que me parecem importantes e, que fazem com que vale a pena nós cá virmos e fazermos algum combate político, se quiserem usar essa expressão ou outra qualquer. -----

Primeiro, gostaria de fazer um reparo ao senhor Presidente de Câmara relativamente às questões que lhe são colocadas, eu posso fazer as questões com as piadas que entender e o senhor responde se quiser e ponto final, parágrafo... Não tem de achar que sou radical de esquerda ou de direita, só porque acho que é caro ou barato uma determinada obra. Acho que não fica bem ao senhor Presidente de Câmara fazer esse tipo de reparos ou de apertes. -----

Depois, gostaria de dizer ao senhor Presidente de Câmara que é com agrado que ouvi aqui hoje, exatamente o contrário daquilo que aqui já discutimos em Assembleias anteriores, nomeadamente na proposta de Plano e Orçamento. A Coligação Acreditar Lousada propôs na proposta de Plano e Orçamento como iniciativa de rede de transportes, os minibus e até elétricos de menores passageiros; falou na questão importante do caminho-de-ferro e da ligação ao concelho, que isso para mim é mais importante do que a obra. Eu, também estou de acordo com que já ouvi aqui, acho bonita, interessante e à noite ainda mais bonita, mas é mesmo, apesar de também achar muito dinheiro por uma cobertura, por bonita que seja; -----

Agora, a questão da ligação do hospital às freguesias, a questão do caminho-de-ferro, a questão até das empresas, porque nós quando criamos aquela zona industrial que temos em Lustosa, precisamos deste interface, acho que isso sim, e senhor Presidente da Câmara é que é com agrado que vejo e vi e senti no seu discurso hoje uma preocupação diferente daquela que tivemos no último debate que aqui tivemos. Depois, não pude deixar de estar atento, efetivamente, confesso-vos que conheço o Leonel Vieira há muitos anos e, quando senhor Presidente da Câmara disse que abriu o baú, eu tive tendencialmente a concordar, porque realmente a história da discriminação dos Presidentes de Junta é antiga e faz parte do discurso político do Partido Socialista e do PSD. Só que hoje, inverteram-se as circunstâncias, o senhor Presidente da Câmara disse que os prejudicados são os do Partido Socialista e o Leonel Vieira diz que os prejudicados são os da Coligação Acreditar Lousada. Foi o que ouvi, e que se fizéssemos o tal inventário era o que verificaríamos; essa é uma questão que acho que é importante. Agora, no debate a intervenção de Leonel Vieira hoje aqui, desculpem, mas tem aqui acusações graves. Desculpem, mas tem aqui acusações graves. -----

Primeiro, existe ou não existe Vereador das Obras? Já nem vou falar do ambiente, porque ele a seguir outra vez com o ambiente, bateu outra vez na mesma pessoa. Mas, a questão é esta, existe ou não existe? É um técnico que gere o pelouro ou não? Eu ouvi isto aqui, o senhor Presidente não

respondeu, não esclareceu. -----  
Depois, é a afinal verdade que um Presidente de Junta, nem sei de que partido é eleito, está há 2 anos à espera de um ofício do senhor Presidente de Câmara? Senhor Presidente de Câmara disse que sim, para ser positivo tinha de esperar dois anos, foi o que disse, foi isso que disse... Depois, que não tem atendido, porque tem estado muito ocupado em reuniões do 2030, portanto em questões da agenda política e de trabalho, mas provavelmente tem alguém no gabinete para tratar estas questões. Mas, a verdade é que não foi refutado as desigualdades que aqui também foram acusadas pelo Dr. Leonel Vieira. -----

Repare, ele diz o seguinte: Obras em Juntas de Freguesia, eleitas pelo Partido Socialista, são durante o expediente; obras em Freguesias, eleitas pela Coligação Acreditar Lousada, são feitas depois da hora em que as Juntas de Freguesia têm de pagar a mão-de-obra. Foi o que ouvi aqui. Vocês não ouviram? Eu ouvi. O senhor Presidente de Câmara não esclareceu isto, não sei se é verdade, nem se é mentira. Foi o que disseram, foi o que aqui foi dito. Portanto, acho que era importante que ficasse bem esclarecido se existe ou não existe esta diferenciação? Se existe ou não existe, porque não é uma questão de ticket, porque já percebi que, se um Sr. Presidente de Junta tiver de resolver seja o que for em termos pessoais tem de tirar um ticket como todos nós, era o que mais faltava, isso concordo. Mas se tiver um assunto relacionado com a sua Junta de Freguesia, acho que formalmente pode-se deslocar ao Município ou pode agendar reunião com o responsável. -----

Basicamente eram estas as perguntas, porque acho quando o Dr. Leonel Vieira disse que não ficou nada esclarecido com a resposta do senhor Presidente de Câmara, deve ter a ver com isto, só pode, porque também não fiquei. Só isso. Disse. Obrigado.» -----

-----  
**Intervenção de FAUSTO OLIVEIRA, Presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação, Acreditar Lousada:** «Boa noite a todos, cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia, restante mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora e senhores Vereadores, caros colegas, Presidentes de Junta, Membros da Assembleia, Público, Comunicação Social e todos lá em casa, Lousadenses. -----

Eu queria começar por fazer esta intervenção, ficando estupefacto com as palavras do senhor Vereador Nelson Oliveira quando relativamente há minha presença nos serviços técnicos, disse que entrei sem pedir autorização. Como é que o senhor sabe que entrei sem pedir autorização? É porque se calhar... não, foi isso que percebi, "viu o senhor Presidente da Junta a entrar", citou-me, é porque me viu a entrar, portanto eu já estive várias vezes, portanto é uma questão diferente... Mas é só para dizer o quê? Relativamente, às questões que estão aqui em causa, entro na câmara quando tenho de entrar e, faço sempre atenção de no atendimento falar com a D. Glória, quando tenho de ir a algum sítio, que é o normal que devo fazer, são questões apenas de bom senso e de bom entendimento. Mas a questão não é essa.... Vamos então aos acontecimentos, porque aqui



também foram falados e é importante que de facto se fale, porque foi falado que o senhor Presidente da Junta de Silvares, Plas, Nogueira e Alvarenga, que de facto tinha muito material. E, de facto gostava de saber, efetivamente se é verdade? Porque ter a fama e não ter depois o aproveitamento, é um bocadinho complicado, ou seja, dizer que o Presidente da Junta leva muito material e depois não posso comparar, não tenho termo de comparação, muito sinceramente, acho que isso é completamente injusto. Eu de facto e o senhor Presidente da Câmara sabe muito bem que em reuniões que tivemos com os outros Presidentes de Junta, sempre fui o primeiro a dizer que se fosse verdade, gostava de saber? Nunca quis esconder de ninguém, se a Junta que lidero tinha mais material que os outros, porque isso é uma questão relativa. Aquilo que está em causa é, de facto a transparência. É a transparência, porque de facto, vamos ver, a transparência e é analisar as coisas como elas devem ser analisadas, porque não custa nada dar muito material a uma Junta de Freguesia, quando ela vai de facto empenhar-se na realização de um conjunto de obras à suas custas, não estando disponível para fazer outro tipo de investimentos e noutras freguesias há investimentos diretos da Câmara Municipal, essa é que é a questão. Essa é que é a questão. E, portanto, sempre defendi que para o concelho de Lousada de uma forma transparente, há determinados tipos de investimentos, que são muitas vezes, quase que eu digo regionais ou de agrupamento de várias Freguesias, que deviam ser discutidos, debatidos entre todos os Presidentes de Juntas, sem medos, porque o plano de desenvolvimento do concelho de Lousada, não pode ser a capelinha do Presidente A, B ou C, conforme os interesses políticos ou as promessas eleitorais que se faz ao Presidente A, B, C. E, senhor Presidente, tenho de lhe dizer isto de uma forma geral, tenho de dizer isto aqui hoje e já o disse, todos nós somos eleitos por partidos políticos, só que há uma diferença muito grande? Há um partido que está no poder e, portanto, estar no poder, é diferente de estar na oposição. Estar no poder é quem tem a capacidade de decidir, se um determinado investimento vai para A, B ou C. Eu não estou a discutir agora se foi para A, B ou C, mas é razoável que num processo eleitoral há promessas aos Presidentes de Junta, há promessas aos candidatos, há promessas a muita gente que depois podem ou não ser concretizadas. Isso faz parte do processo democrático. Faz parte do processo democrático. Não escondo isso. Agora fazer-se aqui de anjinho, é que não senhor Presidente? Fazer-se de anjinho, dizendo que não, nós somos todos muito sérios, isto é tudo muito transparente, isto é tudo muito direitinho. Não é, Senhor Presidente, não é, nunca foi em lado nenhum. Como é que vai ser aqui? Não é. Mesmo na questão da gestão de obras, na questão dos materiais, na questão dos tais trabalhos à semana. Tudo isso não é limpo como a água, todos nós sabemos, exige negociação, exige pressão, exige um conjunto de estratégias para que, de facto, cada Presidente da Junta tenha as suas obras realizadas na sua freguesia. O grande problema muitas vezes é quando o poder político pensa, que uma obra ao ser realizada numa determinada freguesia, essa freguesia não pertence ao concelho de Lousada, porque é daquele Presidente de Junta

ou do outro Presidente de Junta. Senhor Presidente da Câmara, tenho um entendimento sobre isto, qualquer trabalho seja realizado por um Presidente de Junta, pela Câmara Municipal, pelo Governo neste Concelho, é para os cidadãos deste concelho, portanto, devíamos estar nesse aspeto, todos em sinergia a trabalhar para isso. Eu sei que o senhor faz algum esforço nesse sentido. Faz muito esforço, até se vê às vezes o suor, porque mudou muito desde o início do seu mandato. Mudou muito. E, eu dou os parabéns por isso, porque havia muitas questões no início que agora são muito mais positivas no diálogo com os Presidentes de Junta. Agora, por vezes existe neste Partido Socialista e é engraçado que temos visto algumas situações na Assembleia da República que é assim uma espécie em relação a alguns Presidentes de Junta ou algumas situações neste concelho, uma espécie de ralhete paternalista em relação a alguns deputados que vão aqui à Assembleia dizer a sua opinião, discordar, que vem aqui este púlpito questionar os investimentos que são feitos. Eu fico pasmado, senhor Presidente, questionar os investimentos, ponderar o custo-benefício do determinado investimento é um papel de qualquer Deputado Municipal de fiscalização da atividade municipal da Câmara, certo. Portanto, questionar essa situação e como foi dito aqui e fiquei pasmado dizer que são atitudes extremistas, que são atitudes que revelam para a extrema-direita. No fundo é um discurso que, de facto contribui muito para que depois haja muito extremos. Nós fomos eleitos para resolver problemas em política com debate, eu quase que dizia com sangue às vezes, mas que daqui saiam as melhores ideias, o melhor interesse e o melhor bem comum para os Lousadenses. Não o fazer, demitir-se de o fazer e criar este clima de que qualquer opinião contrária é errada, qualquer atitude que venha cá discordar é errada, é dar um passo para os extremismos e é um passo para diminuir a democracia que nós ainda há pouco tempo celebramos. ----- Por isso, senhor Presidente, gostava de deixar esta reflexão que acho que é muito importante. E, agora senhor Presidente, só duas coisas muito agora práticas. Senhor Presidente de facto sobre os ofícios, teu de facto tenho muitos ofícios que nunca tive resposta. Eu posso trazê-los todos, dos ofícios que mandei para a câmara, se eu tiver 3% de resposta aos ofícios, é muito, 3%, isto é, de lamentar. O senhor sabe disso, se não souber, eu digo. Há outras questões que posso dizer, pessoalmente, que há coisas que funcionam mal, Senhor Presidente. Há coisas que funcionam mal e o senhor tem de ter conhecimento que funcionam mal. Não é o espaço aqui para dizer, mas há coisas que funcionam mal. O PSD em tempos sempre defendeu a posição de ter para os Presidentes de Junta um gestor, alguém que coordenasse as tarefas relativamente aos serviços e à gestão. Um mês para ter uma reunião e agora 2 perguntas muito concretas. Há uma preocupação que eu tenho muito concreta, Senhor Presidente, com o que se passa na escola da Boavista em Silvares? A escola da Boavista iniciou obras há mais de 1 ano. E, dá-me impressão que vai ser mais 1 ano para as resolver. Eu já mandei ofícios e não tive respostas. Já questionei o senhor Presidente da Câmara sobre isso. Sei que há problemas com a empresa. Há imensos problemas, mas o Senhor Presidente, eu só quero ter uma resposta,

uma solução, quando é que aquelas obras vão terminar? É, porque vamos chegar a dezembro e não vai haver aquecimento. Outra questão, é preciso 10 anos para que haja iluminação pública na Ponte de Ponterrinhas? Senhor Presidente, é uma questão muito simples, 10 anos, o senhor sabe disso. Já mandei vários ofícios, o senhor diz que é do EP, liguei para o E.P., o E.P., diz que é a Câmara Municipal. Senhor Presidente, é um custo menos de 3.000€. Isto são alguns exemplos, de facto, de alguns problemas que trespassam a forma de gestão deste Município. Muito obrigada.»-----

-----**Intervenção do Membro Municipal JOÃO CORREIA, Partido Socialista:** Senhora deputada Ana Cristina, o que é, é, o que parece. E o Leonel Vieira, já agora, o que é, é, o que parece. Eu fui ver o que era, vocês disseram o que parece ou o que acham que vos dá jeito, dizer, não é, complicado! -----

Eu não sei se o Agostinho Gaspar, ilustre colega, Dr. Leonel Vieira e o Fausto Oliveira estão a tentar ganhar o prémio Reis da Bazófia, porque é possível que saiam hoje aqui com ele. Vieram aqui tentar dar cambalhotas políticas, gingar, no sentido de distorcer palavras, claramente que vos falta aqui um Filipe, que fale com hombridade e que seja politicamente correto, contrariamente às personagens que cá temos a fazer em combate político nesta Assembleia Municipal. O combate político nesta Assembleia Municipal, como já perceberam, passa muito pela ironia, pela faustividade do eu é que sou bom. E, portanto, vamos por aí. -----

Há uma coisa que me preocupa neste concelho por acaso que é: a questão do ambiente e esta questão da gestão florestal e dos incêndios. A questão dos incêndios, preocupa-me de sobremaneira, a questão de Campelos, preocupa-me de sobremaneira, aliás, nem é só a questão da lixeira, nem é só a questão do incêndio, há outras questões ali, naquela serra que me preocupa de sobremaneira já há vários anos e de forma pública. Portanto, provavelmente teremos de fazer uma intervenção radical. De todo modo dizer que, o papel de conservação de natureza, este Município tem sido dos mais ativos a nível nacional. E, sim, nós daqui a 10 anos pode estar novamente um executivo socialista a discutir o que é que aconteceram a 100 ou 200 ou 300 mil árvores, pode? Mas, nós temos de começar por algum lado. E, há de convir que é importante todo o papel que tem sido feito nessa medida, todo o papel também de conservação e todo o papel que tem sido feito junto da Juventude. E nós, nessa medida, somos um concelho pioneiro. Aliás, prova disso são os prémios que temos recebido e toda a atenção que temos recebido mediática quanto a isso e, sim, é importante o papel da gestão. Mas não se esqueçam de uma coisa e, Dr. Leonel Vieira, isto era uma coisa que lhe queria dizer, eu não sabia dessas descargas, confesso. Mas queria lhe fazer uma pergunta, apresentou denúncia junto da autoridade competente? Apresentou queixa à APA? Chamou a GNR, quando viu essas descargas ou limitou-se a vir aqui fazer combate político com o ambiente para questionar o senhor Presidente da Câmara quanto a isso? É que o seu papel antes de ser político é um papel de cidadão e, portanto, como cidadão, eu espero que o senhor venha aqui

dizer que efetivamente viu, verificou e apresentou queixa para ser levantado o competente auto e ser investigado. Porque esse é o seu papel, mais, o senhor tem um papel reforçado, porque o senhor já foi várias vezes candidato a esta Câmara Municipal, já foi Vereador nesta Câmara Municipal, hoje é Deputado Municipal e o senhor tem responsabilidades acrescidas relativamente a qualquer outro cidadão deste conselho, portanto, espero que essa resposta seja positiva. Dizer até outra coisa, é importante e a Câmara tem competências em matéria de coordenação da gestão florestal, se não me engano, é isto que a lei obriga, a Câmara deve coordenar todas as entidades no sentido de melhorar a gestão florestal que é feita no município. Eu acho que é isto, penso não estar enganado, não quero estar a falar de coisas que não sei. É preciso coordenar essas entidades, sem dúvida, e se calhar e até é provável que exista um plano para isso. Agora, meus senhores e minhas Senhoras desenganem, fogo nesta altura e dias antes tinha estado a chover, nós sabemos o que é que foi? Não é preciso ser muito inteligente para saber o que é que foi, basta ter dois dedos de testa.-----

Eu não vou apresentar queixa, porque eu não sei, eu não vi, mas se o Dr. Leonel veio aqui dizer que viu 4 descargas e até eram cinzentas e até veio aqui insinuar que foi uma entidade, portanto se foi uma entidade, não foi uma pessoa singular que as fez, espero que o senhor saiba tirar ilações e tenha apresentado a correspondente queixa. Espero que o senhor tenha apresentado as correspondentes queixas ou denúncias ou o que o senhor quiser. Só lhe quero dizer isto: A Assembleia Municipal seria provavelmente se não o último, um dos últimos sítios onde o senhor já devia ter falado disso. Não sei, o senhor vai dizer se falou ou não. Vamos ver o seu papel cidadão. Depois dizer uma coisa que é: Esta questão de medir o material para se ter mais fama ou proveito foi um eufemismo muito engraçado. Ter fama ou proveito com o material foi um eufemismo extremamente engraçado, mas aquilo que o senhor Presidente de Câmara, quis dizer e que eu percebi, que os senhores também perceberam e vieram aqui tentar virar o bico ao prego, como diz o povo. É que, se calhar, se fizer esse levantamento e esse inventário, aquilo que vai ficar demonstrada, que aquilo que o Dr. Leonel Vieira aqui veio dizer, é falso, os senhores não virem o bico ao prego. Aquilo que o senhor Presidente de Câmara disse, é que provavelmente os factos quanto à doação, à concessão de material, provavelmente desmentirá aquilo que o senhor deputado Leonel Vieira aqui veio dizer. Eu sei, se o senhor tem material, não tem de ter medo, claro. Ouçam, claro, o senhor tem um material, eu não tenho medo, esteja à vontade. O senhor já falou aqui hoje em sangue. É a primeira vez que eu ouço falar nesta Assembleia em sangue. Eu já saio daqui preparado para tudo. O Doutor Fausto, é o arauto. O Dr. Fausto, sempre que vem aqui, parece que toda a gente nesta Câmara, neste executivo e todos os demais Presidentes de Junta, são desculpe a expressão uns energúmenos. O senhor coloca-se num patamar acima de toda a gente, eu pedi desculpa antecipadamente pela expressão. Sabe o que é que eu vou fazer, senhor Presidente de Junta, Dr. Fausto? Vou dedicar os próximos 2 meses a verificar o seu trabalho. Vou

Castro  
M  
A

fazer isso, porque o senhor vem aqui falar em coisas e até fez expressões. O senhor vem aqui falar em coisas que são acusações graves e colocou-se num patamar acima, como se a sua Junta estivesse acima de tudo e fosse um exemplo para todas estas pessoas aqui, Presidentes de Junta, Presidente de Câmara, para toda a gente. E, deixe-me dizer-lhe uma coisa, sabe qual é que é o melhor papel em política, já que estamos numa de combate política. É ser parte da oposição como os senhores são, sabe porquê? Há muitos anos, graças a Deus. Sabe porquê? Porque podem dizer uma coisa e o seu contrário. Nos últimos anos, e eu tenho a sorte ou o azar de ser das pessoas que há mais tempo está aqui nesta Câmara, eu já vos ouvi dizer uma coisa e o seu contrário, os senhores defendem e bem... queres um exemplo? Vamos continuar a falar da obra absurda do parque de estacionamento dos Sr. dos Aflitos, mas digo, vocês querem investir, calma, vocês querem investir agora numa rede de transportes, certo? Concordo perfeitamente ouçam, concordo perfeitamente... em Lousada e todos os concelhos deste país, meus senhores, todos, não há um concelho neste país que não se queixe da falta de transportes. Verdade ou mentira? Estou a dizer uma mentira. Deixe-me dizer-lhe uma coisa, todos sem exceção, todos. Deixe-me dizer-lhe, deixe-me dizer-lhe. Os senhores, vão falar sobre as piscinas municipais, vão, porque já falaram. E sabe uma coisa? Não há muitos anos, ouvimos defender uma medida, acho que foi em 2009, mas a minha memória às vezes falha tem assim falhas, acho que foi em 2009 que vocês defenderam uma piscina no concelho de Lousada para cada 20 mil pessoas. Essas piscinas têm custos, esses custos podem ser alocados a uma a uma rede de transportes públicos. ----- Os senhores, já disseram aqui que esta câmara tinha excesso de funcionários, os senhores já disseram aqui que esta câmara em muito pouco tempo ia à falência. Nada disso aconteceu. Até houve alturas em que chegaram aqui e eu já vou chegar ao ponto que quero rematar consigo, que é para fazer golo. Até já chegaram ao ponto de passado um ou dois anos, virem aqui dizer, afinal, vocês até têm contas certas e nós na altura estávamos na bazófia, é o costume. ----- Doutor Leonel Vieira sabe como é que sabe como é que se apanham as coisas? O senhor faz política, o senhor não vem aqui dizer que votou favoravelmente a estação de camionagem só porque a maioria já tinha aprovado. O senhor não vota coisas levemente, o senhor como deputado, se não concordasse com aquela estação de camionagem, tinha de votar contra e tinha de justificar o porquê aos seus eleitores e o senhor não fez isso. O senhor não facilita nada, o senhor facilita alguma coisa? Bola!... O senhor concordava, aprovou, disse ou não ou explicou ou não aos seus eleitores, o porquê de ter votado a favor ou contra a estação de camionagem, whatever, o que lhe queira chamar... o senhor não facilitou nada, porque o senhor se agora o pusermos aqui ... nós, agora vamos votar vários pontos. Se essa coligação votar contra, vai justificar perante os seus eleitores, porque votou contra e vai votar contra se não concordar. Se concordar o que é que vai fazer? Vai votar a favor. Se tiver reticências, o que é que vai fazer? Vai se abster. -----

Costa  
M  
N

Agora não venha aqui dizer, aí tal e coiso nós votamos a favor da estação de camionagem, porque a maioria já ia aprovar. Foi aquilo que o senhor aqui disse. Nós facilitámos, estou a mentir? Vamos fazer como Agostinho disse, vamos rebobinar atrás e ver se o senhor até disse, pois nós às vezes facilitamos. Pois estou, é algo que vocês não fazem. Não é?...»-----  
-----

-----**SAIU DEFINITIVAMENTE DA SALA, ÀS 22 HORAS E 39 MINUTOS, O MEMBRO MUNICIPAL: Armando da Costa SILVA**, Presidente de Junta da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), Coligação Acreditar Lousada. -----  
-----

----- **Intervenção da Membro Municipal ÓSCAR SILVA, Partido Socialista:**  
«Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhores Deputados, senhores Vereadores, boa noite a todos. -----

Resolvi, vir aqui, apenas para prestar alguns esclarecimentos que me parece haver alguma confusão, relativamente à intervenção que foi feita há pouco, com a preocupação que estava relacionada com as ignições que vulgarmente algumas pessoas usam o termo de incêndios, mas as ignições que aconteceram na Serra de Campelos. Pois, bem, compete esclarecer-vos, até porque sou técnico da área de vos dizer o seguinte: primeiro, é extremamente importante não confundir aquilo que é a Gestão Florestal com aquilo que é o Plano Municipal de Defesa da Floresta são coisas completamente diferentes. Passo a explicar assim brevemente porque senão estaríamos aqui mais tempo. A Gestão Florestal, consiste em grosso modo, cuidar das espécies e gerir as espécies florestais, basicamente é sobre isso que estamos a falar. E o Plano de Defesa da Floresta passa por implementar medidas que vão suprimir, prevenir e mitigar aquilo que são os incêndios rurais. Ora, a Serra de Campelos, como é de conhecimento de todos nós, é uma área livre, isto é, não está cercada, não tem uma portagem para poder entrar e como nós sabemos, é a área ou mancha florestal do nosso concelho que é sobejamente frequentada por várias pessoas das práticas de desportos de todo terreno, nomeadamente indivíduos com motos de competição e de carros de todo-o-terreno. O que é que isto nos leva? Sem querer de forma alguma entrar aqui em questões do âmbito da investigação, mas já lá chego, pelo facto de haver uma maior incidência de motores de combustão na serra e atendendo que, e como vocês não fizeram o trabalho de casa, eu vou-vos explicar: o mês de fevereiro do ano de 2023, o ano corrente, é atualmente o mês que representa mais de 52% das ignições dos incêndios rurais em Portugal. Portanto, o índice de risco de incêndio, que é uma tabela que é pública, qualquer um pode consultar, diz-nos que o mês de fevereiro até à data, até à presente data, foi o mês que teve maior índice de risco de incêndio. Isto não é um problema só de Lousada, é um problema de todos. Depois dizer-vos também que essa estatística provavelmente vai ser ultrapassada já na

Costa  
M  
R

próxima semana, porque o mês de abril está muito quente e o índice de risco de incêndio para as próximas duas semanas é bastante elevada e estamos apenas a 200 ignições de ultrapassar o mês de fevereiro, portanto, a nível nacional isso quase de certeza que vai ser ultrapassado. Isto, para dizer o quê? Quando se pede de uma forma direta, Senhor Presidente, queremos saber quais foram as causas. Ora, meus caros, as causas são sobejamente conhecidas, 70% das causas dos incêndios rurais têm a ver com a gestão no âmbito da pastorícia, que não é o que se aplica na Serra de Campelos, como todos sabemos. E, depois a outra tem a ver com utilização de máquinas agrícolas, que todos nós também sabemos não é o caso da Serra de Campelos. Agora, se os senhores dizem, eu quero saber as causas, digo já, porque isto decorre da lei, tem de fazer um requerimento ao Ministério Público e só vos será dado essa informação caso vocês tenham interesse na própria causa, isto é, caso haja mortes ou danos avultados, porque se não isto é matéria de defesa de Estado, significa que vocês não vão ter informação absolutamente nenhuma, a não ser aquela que é pública. -----

E, nem o senhor Presidente de Câmara tem a varinha de condão de chegar lá e como já que estamos aqui a falar em tratamentos VIP`S, não vai chegar ao Ministério Público e digo, "eu sou Presidente da Câmara de Lousada, eu quero saber esta informação", isso não existe. Portanto, essa informação não é possível ser transmitida nesta Assembleia, nem a Assembleia tem poderes deliberativos para recolher essa informação. No entanto, os senhores podem consultar, se quiserem fazer o trabalho de casa, junto dos senhores bombeiros e também recordar-vos o seguinte, a Serra de Campelos não está administrativamente só dentro do território de Lousada. Portanto, há aqui algumas questões que temos de ter em consideração. Queria só deixar aqui esta nota, porque às vezes confunde-se aqui termos e alhos com bugalhos. Da próxima vez aconselhava que fizesse uma melhor preparação destes temas, porque, de facto, estás a confundir coisas e isso revela uma grande impreparação da vossa parte, disse.» -----

-----**Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:**

«Relativamente à intervenção do senhor deputado Dr. Pedro Amaral, quanto às obras junto à entrada da Quinta de Vila Meã, e mais a propósito da escultura que se fez, creio, para não dizer que tenho a certeza, que foi divulgado quando iniciámos a execução daquelas esculturas, o motivo pelo qual íamos fazer aquilo. Ou seja, isso responde à sua segunda pergunta, porque a sua segunda pergunta era porque é que a Câmara não equacionou a possibilidade de transplantar aquelas árvores. Não é a minha especialidade, mas árvores daquele porte não podem ser transplantadas. As esculturas são mesmo assim, este modelo de escultura é para perpetuar a árvore naquele local. Não faria sentido noutra local qualquer. A escultura foi feita porque as árvores tinham que ser abatidas porque estavam doentes. Nós temos um plano de monitorização dessas árvores de maior porte para que não aconteça nenhuma tragédia como já aconteceu, infelizmente noutros pontos do país e que ninguém está

leostwo  
[Handwritten signature]

isento de lhe acontecer mesmo com os planos e com ações concretas, efetivas e permanentes, mas nós temos já há longa data esse cuidado e foi identificado que existia ali um problema grave que estava a pôr em causa a segurança das árvores e, em vez de as abatermos tout court, decidimos perpetuar também, de algum modo, ou melhor, prolongar, porque aquela escultura não é eterna, não é!? Será muito duradoura, mas aquele tipo de material, como é óbvio é finito e decidimos fazê-lo e acho que foi um trabalho bem realizado, muito interessante. Face à qualidade do trabalho que lá está e ao tempo de execução, porque demorou cerca de 2 meses a fazer, acho que foi um preço muito acessível na ordem dos 3 mil euros. - Depois, senhor deputado, disse aqui que não basta plantar árvores e que há o perigo de daqui a 20 anos, enfim, de todo esse trabalho ter sido inglório. Eu acho que não, porque confio que vai continuar a haver bom senso na gestão municipal e que, quem me vier a suceder vai comungar dos nossos propósitos e que vai dar sequência ao trabalho que nós estamos a fazer e, portanto, esta política não será esporádica e terá continuidade. Mas há aqui que distinguir duas realidades uma coisa é a gestão dos espaços verdes e florestais públicos municipais. E, aí temos feito grandes investimentos na aquisição de terrenos, porque a via que nos dá maiores garantias de controlarmos o futuro é essa, porque uma motosserra, uma retroescavadora faz estragos para sempre, em pouco tempo. E, por vezes somos confrontados com situações que são problemas irresolúveis, porque já não dá para voltar atrás e, portanto, se forem terrenos municipais sobretudo em áreas mais sensíveis, nós temos uma forma mais efetiva de os trabalhar, de os preservar e de garantir que no futuro aquele destino que queremos e que defendemos para esses locais vai ser uma realidade e que as ameaças vão ser muito menores do que se a propriedade fosse privada e, portanto, destaco aqui este investimento que tem existido nos últimos anos de aquisição de muitas áreas e continuamos a negociar e temos vindo a levar à reunião de Câmara uma série de propostas de aquisição e estamos com outras negociações e, portanto, vamos continuar essa abordagem, e naquilo que respeita à propriedade do Município, naturalmente temos os nossos planos de gestão e de manutenção. -----  
----- Depois há uma outra questão, muito mais difícil, porque as nossas plantações não são só em espaços públicos, também são feitas em espaços privados. E aí a nossa abordagem tem de ser sempre colaborativa, e colaborativa mais no acompanhamento, porque é óbvio que não pode ser a Câmara Municipal depois ir limpar os terrenos privados. Agora, o que nós estamos já a trabalhar há algum tempo, é uma coisa muito mais à frente que tem que ver com o mercado de carbono, porque temos a noção de que são necessários incentivos, e estamos a sentir essa dificuldade, sobretudo no que respeita à vinha do enforcado, porque as pessoas, enfim, acham muito meritória esta nossa vontade de preservar a vinha do enforcado, mas depois dizem que é muito difícil conseguir pessoas para tratar dessas vinhas, porque requer muita mão-de-obra e condições especiais. O risco é muito maior, de queda, e a rentabilidade é mínima. Já sinalizamos essa dificuldade a quem de direito, nomeadamente ao

leostri  


Ministério, para ver se encontramos aqui fórmulas de compensar as pessoas por esse contributo que no fundo dão para um propósito maior, para o bem comum. E no que respeita aos gigantes verdes é a mesma coisa, por exemplo. A ideia é procurar respostas, quer já existam, quer despertar quem de direito para a criação dessas respostas que naturalmente não passarão por incentivos financeiros do próprio Município, pois que o nosso orçamento municipal não tem condições para isso, passa sim por tentar, quer internamente, quer a nível europeu, encontrar saídas para esse efeito de criar esses incentivos e estamos a trabalhar nisso já há bastante tempo. -----  
----- Relativamente aos incêndios, como aqui foi dito pelo Óscar, todos nós temos a nossa opinião e quando vi aquelas ignições, fiquei com a clara noção de que era fogo posto, mão criminosa. Aliás, eu estava a sair de Penafiel e na encosta via-se os 3 focos quase em linha reta, dando a sensação de que terá sido a mesma pessoa que se deslocou e que por onde passou foi colocando fogo em 3 locais distintos. E, pelo que sei, há indícios de que teve origem criminosa e está em investigação e mais do que isto não posso dizer, até porque não sei, está em investigação. -----  
É sempre um exercício muito difícil. O que é que a Câmara pode fazer mais para além daquilo que faz a este nível? Esta Câmara ou outra qualquer, quando se trata, como tudo indica, de mão criminosa? Não podemos fazer muito mais. Naquele caso em particular, até é uma das áreas mais vigiadas, porque está sob a alçada da Portucel. Portanto, nesta fase, se calhar ainda não têm aqueles mecanismos que costumam ter durante o Verão, de vigia, etc. Mas não será por falta de tratamento, de cuidado e de limpeza que ocorreram aquelas ignições. Porque se há áreas que são cuidadas são essas, e a minha convicção pessoal é que terá sido mesmo a mão criminosa. -----  
----- Relativamente à intervenção do Dr. Leonel Vieira, ainda sobre a Interface, deu nota aqui de que a proposta da coligação sempre foi a construção de uma central de camionagem e noutra local. O que posso dizer sobre isso é convidar todos que tenham curiosidade, de ver aqui bem perto o que é uma central de camionagem e a importância que ela tem para um município muito semelhante ao nosso. Basta ir ali ao lado a Felgueiras. Não sei se já conhecem a Loja de Cidadão de Felgueiras, mas foi feita justamente na antiga central de camionagem, que estava parada sem qualquer utilização e assim continua, exceto, esta parte que foi ocupada pela loja do cidadão. No resto daquele equipamento, a Câmara está a pensar agora fazer lá uma adaptação para, porventura, tornar ali um espaço multifuncional para fazer alguns eventos, mas lá está, está ali uma grande central de camionagem que não surtiu efeito. E está ali um investimento sem qualquer tipo de utilização, pelo menos de utilização para o efeito que foi criado. Às vezes as nossas ideias nem sempre têm tradução prática em termos de interesse efetivo e de pertinência e, no caso em concreto, a realidade de Felgueiras não será muito diferente da nossa e, portanto, as centrais de camionagem fazem falta, sobretudo, quando há uma grande concentração de autocarros, com necessidades de aparcar e esperar de um dia para o outro. E isso aqui em Lousada, não acontece.

idostre  
my  
~  
R

Agora, a propósito da abertura do nosso interface, falamos com os operadores, e há algumas horas no dia em que se concentram 3 ou 4 autocarros. Estiveram a ver connosco qual seria o melhor local para aparcar, para não ser ali, a ocupar lugares indevidamente. Mas não tenho dúvidas nenhuma de que a dita central de autocarros, pelo menos nos próximos anos, não tem qualquer sentido, não faz falta a Lousada. Nós precisamos, isso sim, de um espaço o mais central possível para que possa receber as pessoas e de onde elas possam sair também e acho que aquele investimento que fizemos para os próximos anos é perfeitamente adequado para as necessidades e não me parece, de todo, que a dita central de autocarros seja uma necessidade e que faça sentido. -----

----- Depois, só fazer aqui uma pequena correção e volto a dizer aquilo que disse há bocado que é dar uma no cravo e outra na ferradura. Todos nós, enfim, cometemos erros, eu também não sou isento de erros. Agora vir aqui dizer que são questões meramente técnicas a aprovar, claro que não são! Uma coisa meramente técnica é já depois da obra ter sido adjudicada, aprovar uma prorrogação de prazo, aprovar uma receção provisória, aprovar uma receção definitiva, uma conta final, isso sim, são questões meramente administrativas, mas na maior parte desses casos a Coligação até se abstém. Agora, o que se passa é que o projeto inclui, obviamente, a localização da obra que é uma das peças do projeto e nem esta Câmara, nem Câmara nenhuma aprova um projeto sem saber onde, nas nuvens? Portanto, quando há um projeto, não há ninguém que o aprove, creio eu, sem ver exatamente onde é que a obra vai ser feita e que tipo de obra é e quanto é que se vai gastar, até porque isso foi objeto de deliberação. E, portanto, dizer que isso é uma questão meramente técnica, acho que nem o Dr. Leonel acredita nisso, ou seja, houve unanimidade quanto àquele investimento, quanto à sua natureza, quanto à sua localização, quanto ao seu valor e, portanto, andar a mexer outra vez no assunto, acho que, enfim, faz-vos perder ainda mais credibilidade, porque isso está nas atas, qualquer cidadão pode ir ao site da Câmara e está lá. É verdade que na altura defendiam uma solução diferente que era a dita central de camionagem e eu aí lanço-vos o desafio de irem a Felgueiras ver o que é uma central de camionagem e qual é a importância que ela tem para o concelho vizinho. Zero! E, a localização dessa central de camionagem em Felgueiras é excelente porque é mesmo junto à Câmara, pelo que não é por aí. -----

----- Relativamente ao rio Mezio, dizer que vai continuar a receber lixiviados da Rima, acho que também não é sério dizer isso porque todas as pessoas sabem que nós temos o nosso diferendo com a Rima, mas não tem nada que ver com lixiviados, tem que ver com a sobrecarga para o ambiente, pela incomodidade que resulta dos cheiros e tudo isso. Os lixiviados da Rima estão a ser encaminhados para o sistema de tratamento da Bacia de Vizela, e, em tempos, antes dessa ligação, eram transportados com camiões cisterna, mas já há muitos anos que são encaminhados pela rede de saneamento e depois são tratado na ETAR de Serzedo ou Serdezelo. Não é correto, não é sério vir para aqui dizer que os lixiviados do aterro da Rima vão continuar a ser encaminhados para o rio, porque isso

*Costa*  
*MJ*  
*R*

não corresponde à realidade. -----

Relativamente às descargas do Rio Sousa, sim, é verdade que já aconteceu mais do que uma vez, infelizmente, e nós temos suspeitas de que tem que ver com uma determinada unidade empresarial, mas o problema é que para o SPNA autuar tem de ter provas, tem de ter evidências. Nós já conseguimos noutras situações essa prova. Aliás, eu lembro-me há uns anos, que aconteceu e acontecia, infelizmente, com frequência no Mezio, na zona do parque de lazer de Sousela, com peixes mortos na superfície da água e toda a gente entoava as campainhas, dizendo que era mais uma descarga do aterro. Pensava isso as pessoas e pensava na altura o Presidente da Junta, eu não sei se ainda aconteceu com o atual, se foi apenas com o anterior, pensávamos nós próprios que porventura poderia ser e viemos a confirmar que era uma unidade industrial e conseguimos provar isso. Aqui também é uma questão de tempo, nós vamos chegar lá, e estamos em colaboração com os serviços, com as entidades de fiscalização para, enfim, provar e depois punir os prevaricadores. Em tempos havia um problema muito grave que agora já não existe, tinha que ver com uma exploração pecuária, que, entretanto, foi desocupada, não será daí, mas temos uma suspeita que seja de uma determinada empresa e, portanto, estamos a acompanhar o caso e a tentar a reunir evidências de que assim é para depois podermos atuar de uma forma mais efetiva. ---

----- Relativamente à intervenção da Dra. Ana Cristina Moreira, já falamos aqui numa Assembleia anterior, já dissemos que íamos avançar com essa medida e que passa pela criação de um regulamento municipal, a exemplo daquilo que acontece, e que já está em vigor, para os incentivos fiscais para a captação de emprego e investimento. A todo o momento, vamos apresentar essa proposta, sendo certo que parece que também vai haver medidas no mesmo sentido a nível nacional, embora as medidas a nível nacional não vão abranger aquilo que é da competência exclusiva das Câmaras Municipais, creio eu, como, por exemplo, a questão das taxas urbanísticas e também interessa prever essa isenção, portanto, estamos a tratar dessa proposta de regulamento. -----

----- Relativamente à intervenção do Dr. Agostinho Gaspar, eu não disse, nem quis dizer, de maneira nenhuma, que, afinal eram os Presidentes de Junta do PSD os beneficiados. Não. O que eu quis dizer é que não há ninguém beneficiado, nem há ninguém prejudicado e aquilo que disse sobre as duas Juntas, não tenho qualquer evidência disso, não tenho qualquer relatório, mas quase que podia pôr a mão no fogo. Não estou a dizer que são os que recebem mais, mas são dos que recebem mais. Nós nunca dissemos não a ninguém, a não ser que coincida com aquelas alturas em que os contratos de fornecimento já estejam numa fase final, a esgotar, e nesses casos nós temos que garantir o funcionamento dos serviços, se estivermos ainda numa fase de abertura do novo concurso e tivermos pouca disponibilidade de material, tentamos que os Presidentes de Junta percebam que têm que aguardar um bocadinho para depois não ficarmos impedidos de assegurar o normal funcionamento dos serviços, mas fora isso, não haverá problema, a não ser que sejam quantidades

lo/ano  
[Handwritten signature]

astronómicas de material que também não é usual. Eu acho que não há questão nenhuma relativamente a isso e não fiz crítica nenhuma de que afinal eram uns beneficiados. Não foi isso que eu quis dizer! O que eu quis dizer é que provavelmente isso vai demonstrar que vocês não têm razão, percebe? Porque não há qualquer negação de material a quem o pede. - ----- Relativamente às outras questões, elas foram tão disparatadas que eu fiz de propósito, não respondi, portanto, isso de dizer que durante a hora de expediente a Câmara só faz obras em determinadas freguesias e não noutras, pode acontecer numa altura, mas acontece exatamente o contrário noutras alturas, depende das situações, depende das obras, não é? Por exemplo, creio eu que não é depois da hora que aqueles alargamentos na Estrada da Boavista estão a ser feitos junto ao cruzamento do Bico, não é? E, isso é na Junta de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. Portanto, isso são afirmações que valem o que valem. Eu percebo que vocês têm de desempenhar o vosso papel e enfim, tudo bem, posso bem com isso... Agora, naturalmente, tenho é que negar, porque isso não tem qualquer correspondência com a realidade. Agora já acho que é muito ofensivo, muito ofensivo mesmo, dizer que a Câmara não tem Vereador de Obras Municipais. Os perfis das pessoas são diferentes, não é? Acompanhar as obras é exatamente o quê?! É o vereador que tem de fiscalizar as obras? Os serviços têm de estar e estão felizmente formatados e disciplinados para que só se for necessária a nossa intervenção é que somos chamados a intervir durante a execução. Nós somos imprescindíveis na fase de decidir os investimentos. Depois é acompanhar, mas o acompanhar não passa por passar todos os dias, ou todas as semanas, nas obras para tirar fotografias, não é? Temos equipas de fiscalização e elas é que têm de fazer esse acompanhamento e têm de nos manter informados daquilo que se vai passando e havendo necessidade de algum acerto, de alguma definição, reportam-nos. E, se for necessário, até vamos todos os dias às obras, se fosse caso disso, mas não é disso que se trata e, portanto, acho que esse tipo de afirmações não fica bem a quem as diz. O senhor Vereador está em representação do Município num projeto europeu, não está cá para se defender, mas achei tão ridícula e tão ofensiva a afirmação que preferia nem lhe tocar, mas para que não se aplique o ditado de quem cala consente, fica aqui o meu repúdio quanto a essas afirmações que acho que foram infelizes. -----

----- Depois para terminar relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Silvares, Nogueira, Pias e Alvarenga, dizer-lhe que não me sinto minimamente ofendido com o papel de Anjinho. Mas se calhar ao senhor ainda lhe fica melhor esse papel. Dizer aqui que se calhar nem 3% dos seus ofícios tiveram resposta, acho que nem o senhor acredita nisso, porque uma grande parte desses ofícios, pode não ter tido resposta formal, mas teve uma resposta efetiva, porque a maior parte deles até deve ser a pedir material. Mas, se faz questão de ter uma resposta formal mesmo quando ela é favorável, mesmo quando ela se concretiza com a uma prestação efetiva, eu vou dar nota aos serviços para terem mais cuidado e não deixarem de responder, nem que seja a dizer

*Costa*  
*Amj*  
*Ne*

que foi enviado o material no dia X ou no dia Y. Isto não quer dizer e volto a repetir, que não possa haver algumas falhas, de uma efetiva falta de resposta em algumas situações. Não estou a negar isso. Agora, vir para aqui dizer que só 3% dos ofícios é que tiveram resposta, acho que não é correto. ----- Depois, falou aqui na questão da iluminação pública de Ponterrinhas. Toda a gente sabe que aquela via é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Se as infraestruturas lhe deram essa resposta é lamentável. Na última reunião que tivemos com o responsável da IP do Porto, mostrámos o nosso desconforto, porque, para que se saiba, houve ali uma intervenção há uns anos atrás da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, naquela obra de melhoria na ponte e que não foi a Câmara que fez, foi um empreiteiro a mando das Infraestruturas de Portugal e ficou assim até hoje. Então a explicação que nos deram há dias é que não havia postes, que não eram compatíveis com os homologados pela EDP, enfim houve ali um problema técnico qualquer. E então nós dissemos que se fosse necessário ofereceríamos o poste e acho que se sentiram constrangidos e disseram que iam resolver. Portanto, o certo é que ainda não foi resolvido, mas deve estar agora mesmo a ser resolvido porque nós disponibilizamo-nos a oferecer o poste se fosse esse o problema. -----

----- Relativamente à questão da Escola da Boavista, já não é a primeira vez que o senhor Presidente da Junta vem criticar a Câmara de uma forma que faz querer, a quem não estiver por dentro dos assuntos, que se as coisas não se fazem, se as coisas não avançam, é por incompetência da Câmara. Lembro-me há uns tempos daquilo que o senhor disse sobre, por exemplo, aquela obra que agora está a ficar pronta, a EM605 que liga o Centro da Vila a Aveleda e depois Caíde. Eu lembro-me de o Senhor Presidente ter dito que as obras não atam nem desatam, não avançam, que pareciam as obras de Santa Engrácia. Mas sem falsas modéstias, eu não recebo lições de boa gestão do senhor Presidente da Junta, e relativamente a essa obra, é verdade que ela demorou, mas também é verdade que está feita, bem feita, que é uma mais-valia para o concelho e que a Câmara não teve de pagar um tostão pelos terrenos que adquiriu. Naturalmente que teve as suas contrapartidas, como têm qualquer situação, mas não tivemos de pagar os terrenos. Isso demora muito tempo, muito tempo. Aliás, está ali o Senhor Presidente da União de Freguesias de Casais e Nespereira, e sabe a dificuldade que foi, no que respeita à rua que está agora em fase de conclusão, a dificuldade que foi, e só nos últimos dias é que nós conseguimos resolver os problemas todos e, portanto, isso tudo demora muito tempo. O ideal para qualquer Presidente de Câmara e para qualquer vereador era ter tudo chave na mão, ou seja, só avançávamos para as obras, depois de ter os terrenos todos disponibilizados e, no limite, recorriamos a expropriações. É outra possibilidade, mas acredite que se calhar nem metade das obras nós fazíamos, se assim fosse. A experiência diz-nos que muitas das vezes as pessoas precisam de ver a obra a acontecer para quanto mais não seja se sentirem pressionadas a colaborar. “Já que o vizinho cedeu, não quero ficar mal e também vou ceder, porque de facto isto está a ficar bem e vai ser um benefício para todos”. Isto é natural, isto é

natural... Nós temos essa experiência de há muitos anos e depois, naturalmente, isso resvala a execução no tempo, mas o que interessa é que depois, no fim, se consiga. O senhor vir para aqui com esse tipo de insinuações, fica-lhe mal, porque também é público que, porventura, o senhor conseguiria resolver os problemas de uma forma mais apressada, mas nem sempre isso resulta bem, como não resultou numa obra da sua responsabilidade, em que avançou com a obra e depois teve um embargo judicial e, portanto, eu devolvo-lhe questão. Há quantos anos é que o senhor anda a tentar alargar a estrada da Coutada na partilha com Macieira? Há quantos anos? Está a ver, o Senhor não tinha os terrenos e arriscou e correu-lhe mal. Portanto, todos nós temos as nossas dificuldades, agora não temos varinhas mágicas para resolver todos os problemas. Quando somos nós a tratar diretamente das obras por administração direta temos uma capacidade maior e mais efetiva de fazer correções, de acelerar as obras, se for necessário, com recursos que temos, mas quando é por empreitada é mais difícil e é público também que ainda há pouco tempo tivemos de rescindir dois contratos. Tivemos de rescindir o contrato daquela obra que queríamos fazer aqui no centro, porque o empreiteiro não estava a corresponder e porque nós tínhamos compromissos sérios de fundos comunitários e se não tomássemos medidas, podíamos ser penalizados e ter de devolver fundos. E, ainda há pouco tempo também tivemos de rescindir outro contrato, da eficiência energética da habitação social em Cernadelo. Tivemos de abrir um novo concurso e depois vamos falar a seguir na prestação de contas, vocês vão dizer que, enfim, que é uma vergonha a Câmara ter uma execução abaixo dos 85%, pois é, mas depois temos estas nuances que nos obrigam a retardar os investimentos e quem nos dera que essa obra estivesse pronta, até porque temos timings também para as acabar por causa dos fundos comunitários. E, portanto, senhor Presidente, naturalmente que nós também estamos preocupados com a Escola da Boavista, o senhor não está mais preocupado do que nós, mas há aqui contingências que não são fáceis de resolver e, portanto, nós estamos a usar os instrumentos que estão ao nosso alcance para forçar o empreiteiro a cumprir, nomeadamente a questão dos prazos. Já estão a vencer as multas contratuais. Se há problemas de execução, eles também vão ter de ser resolvidos, se houver defeitos vão ter de ser resolvidos. Agora esta questão das empreitadas é um exercício muito difícil, porque nós temos de cumprir as regras da contratação pública, não podemos escolher os empreiteiros, pugnamos sempre pelos procedimentos mais exigentes e aqueles que garantem mais transparência. Mas depois ficamos sujeitos um bocadinho, enfim, às vicissitudes que são decorrentes das empreitadas, há empreiteiros que são mais céleres, outros que são menos, outros que têm mais brio, outros que têm menos brio. Aliás, nem são os empreiteiros, são os funcionários dos empreiteiros. E, olhe, vai ser cada vez mais difícil, porque o que eu vejo é cada vez menos brio, de uma maneira geral, não só nos empreiteiros de obras públicas, vejo cada vez menos pessoas a terem brio naquilo que fazem e, portanto, vai ser um problema não só para as obras, mas para muitas outras áreas. E, portanto, senhor Presidente, esteja

Costa  
M  
R

descansado que o assunto da escola não está esquecido, não está nem nunca esteve a ser menosprezado pela Câmara Municipal. Naturalmente que nós preferíamos que tivesse corrido melhor, como é óbvio, e, portanto, o senhor não está mais preocupado do que nós. -----

----- Relativamente à pergunta que me fez, quando é que vai acabar? Não lhe posso dizer, porque não sou eu que vou lá acabar a obra. Portanto, vai ser, já devia ter sido, é o que eu posso dizer e tanto assim é que o empreiteiro já está a pagar multas ou vai pagar. Portanto, já sabe que está a correr prazo, e cada dia de atraso é um valor de multa que vai pagar. Portanto, ela há de ser concluída no espaço mais curto possível, creio eu, já com essas penalidades e se houver depois também alguns problemas e alguns defeitos, eles têm de ser corrigidos. Nós temos garantias para o efeito e é uma obra nesse aspeto como outra qualquer. Lamento as articulações que houve com a comunidade escolar, porque houve ali, de facto, programações que deveriam ter acontecido. Lamentamos todos que não tenha havido essa arte e engenho de programar as coisas devidamente, mas enfim, estamos de consciência tranquila. Não foi seguramente por nossa culpa.» -----

----- **A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 34 membros.** -----

## **2. ----- Regulamento de transmissão em direto/gravação das reuniões da Assembleia Municipal de Lousada.**-----

----- **Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada:** «Antes da intervenção só dizer uma coisa: agradecer ao Sr. Presidente, porque, independentemente dos termos das ignições ou dos focos, politicamente, respondeu ao que eu queria. Senhor Presidente, senhores Deputados do Partido Socialista, custa-me ter de vir novamente a este púlpito, falar-lhes mais uma vez de democracia a escassos dias de termos celebrado a liberdade que conquistamos em abril para a construir. Confesso-lhes que quando recebi a Ordem do Dia e o regulamento que ainda não sei bem proposto por quem, percebi agora apenas pela leitura, nos vem hoje à votação. Achei que se trataria de um proforma relativo à proteção de dados e que o documento se limitaria a passar a escrito aquilo que são as normas gerais em vigor. E, de facto, parte substancial do documento é isso, até que por manifesta ambiguidade escrita deixa de o ser. Este documento chega a esta Assembleia não só sem proposta, sem autor, sem ter sido debatido em conferência de líderes ou sequer em reunião de Câmara como também nos chega na sua redação de forma ambígua e com a possibilidade de interpretações enviesadas. Esta proposta regulamentar a propósito de um mero formalismo que visa

Costa  
M  
N

assegurar a proteção de dados a todos acaba por conceder através da redação dúbia do seu artigo 6.º, a possibilidade quase discricionária da Mesa da Assembleia, suspender ou proibir a transmissão online dos trabalhos se assim o entender e quando o entender. De facto, a redação do artigo 6.º dá a entender que a Mesa pode suspender a transmissão online das Assembleias, não só quando exista prejuízo para a honra, reputação ou do coro dos intervenientes, mas também quando as circunstâncias e o teor das intervenções o exijam, ou seja, o mesmo é dizer sempre que a Mesa o entenda. E, por isso, uma vez que esta proposta nos veio apresentada como facto consumado sem terem sido consultados sequer os deputados municipais das duas uma ou isto se trata tudo de um simples erro semântico não intencional e, nesse caso propomos corrigi-lo, retirando a ambiguidade da primeira parte do número 1 do artigo 6.º, para que se torne inequívoco que a Mesa apenas poderá suspender a transmissão online pelo tempo estritamente necessário e apenas em caso de facto, de prejuízo para a honra, reputação e decoro dos intervenientes, sem que, tal seja uma mera alternativa a circunstâncias subjetivas, sujeitas apenas a interpretação discricionária da Mesa. Ou então não se trata de um erro de todo e a ambiguidade está lá deliberadamente para servir os interesses da maioria Socialista que aprovará esta versão tal como nos vem apresentada, sendo certo que o Partido Socialista já se descuidou ao microfone uma vez, nunca quis transmitir estas Assembleias e sabemos que não gosta de perder o controlo dos ambientes em que se insere, pelo que a nuvem de suspensão ficará lá e os lousadenses tirarão as ilações políticas necessárias, se alguma vez o instituto vier a ser usado pela presidência da Mesa, disse.» -----

-----**SAIU DEFINITIVAMENTE DA SALA, ÀS 23 HORAS E 18 MINUTOS, O MEMBRO MUNICIPAL: Diogo Agostinho Carvalho Aires**, Presidente de Junta de Freguesia de Sousela. -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CORREIA, Partido Socialista:**  
«Eu percebo a ambiguidade, mas há uma coisa, que acho, que tem de ser tida em conta, em primeiro lugar, os dados pessoais não são dados menores, portanto, não é apenas uma formalização. -----  
----- E, a segunda que quero dizer e sem prejuízo de poder ser discutido, é que a Mesa já tem poderes discricionários em várias matérias, portanto, não é o primeiro. A senhora Presidente da Mesa à luz do regulamento e à luz da lei, já tem esse poder. É que parece que estamos a instituir um poder na Presidência da Mesa, parece que estamos... Desculpe, senhor deputado, vamos ser sérios e honestos, porque é importante, o senhor não vem aqui dizer e pôr em causa que o Partido Socialista que se sente afetado pelas suas palavras, põe em causa a democracia com este regulamento, não vem aqui dizer isso e esperar que nós assistamos às suas palavras impávidos e serenos. Isso não vai acontecer. O que lhe quero dizer, é: esse poder discricionário... Não, porque nós mesmo os que não nasceram em

lesstric  
M  
N

democracia, prezam-na e, é por isso que estamos aqui. Portanto, o senhor não é como o senhor Presidente de Junta que nos vem dar aqui lições de moral. Nós defendemos a mesma democracia que o senhor. Posso terminar? Muito obrigado. Com a devida vénia vossa excelência. Parece que mandas, disseste que posso, disseste que posso... Desculpa, eu sei que queria estar noutra lugar, mas olhe é a vida. Cada um tem o que merece. Senhor deputado, tem de perceber que não pode vir aqui dizer que isso parece uma norma absurda e discricionária que existe pela primeira vez quando é a própria lei que atribui poderes, neste caso, à senhora Presidente da Assembleia, para coordenar os trabalhos e para tomar determinadas medidas. E, volto a dizer, eu não ponho em causa a questão da norma, até porque eu também, infelizmente, é do meu *métier* fazer interpretação jurídica. Não é isso que eu estou aqui a pôr em causa. Agora, o que eu estou a pôr em causa é, não venha para aqui fazer combate político, acusando-nos, nós Partido Socialista, nós Deputados Municipais, nós pessoas que fazem parte do Partido Socialista, estarmos a querer cercear direitos, liberdades e garantias, porque o senhor deputado, nós não fazemos isso, nós não fazemos isso, percebe o que é que lhe estou a dizer? Da próxima vez que vier aqui dizer isso, por amor de Deus, tenha a hombridade de o fazer de forma séria. Não nos acuse disso, nunca fizemos isso, não o vamos fazer, disse.» -----

----- **Esclarecimento da senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro** «Vou dar-vos uma explicação e muito simples, sendo do entendimento de vocês, e dos 2 intervenientes, é vossa área, confesso que não é minha, de todo. Portanto, há vários pareceres e foi com base em vários pareceres solicitados, foi uma Comissão que elaborou este regulamento, digamos assim, qual é o nosso objetivo? Nós estávamos a transmitir as Assembleias e vocês sabem disso, desde o período Covid e, a lei foi prorrogada e nós fomos mantendo as transmissões, aliás foi discutido em Assembleia Municipal e foi unânime que as Assembleias continuassem a ser transmitidas e, eu penso que é esse o objetivo de todos nós, continuar a transmissão das Assembleias nos mesmos moldes que têm sido feitas, com os equipamentos que temos utilizado, tentamos melhorar isso, foi efetivamente notório. O objetivo, foi sinceramente a questão da proteção de dados» -----

----- **Esclarecimento do senhor Presidente de Câmara Municipal, Pedro Machado:** «Se me permitem, quando a Senhora Presidente diz comissão, não é propriamente uma comissão, é o nosso DPO. A Câmara tem de ter um responsável pela proteção de dados e, confesso, que foi com alguma surpresa quando a senhora Presidente me falou nesta necessidade, porque eu tinha a Assembleia como o fórum por natureza público, em que cada um de nós que aqui está, à partida, não deveria ter de assinar uma declaração a dizer que autoriza a Transmissão de vídeo e gravação, mas parece que é mesmo assim e outras Assembleias Municipais já o fizeram. E, portanto, no fundo, pelo que eu percebi, a matriz deste regulamento terá

Castro  
Luj  
NE

sido feita pelos consultores jurídicos que trabalham com o responsável de proteção de dados da Câmara Municipal, que é uma das pessoas com maior notoriedade a nível nacional neste domínio. Quanto ao regulamento, a senhora Presidente fez um pedido aos nossos serviços jurídicos para fazerem uma revisão. Agora acho que quanto à metodologia, a senhora Presidente fará o que entender, mas parece-me que ele não tem de ser aprovado hoje. O que nós temos é que assinar todos as autorizações. E, já assinamos. E, ainda que haja, por exemplo, a intervenção do público, também a mesma coisa, mas depois esses pormenores podem ser perfeitamente limados com uma conferência de líderes e, tentar aprimorar ainda mais o regulamento.» -----

----- **Esclarecimento da senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro:** «Agradeço a esclarecimentos senhor Presidente. Podemos perfeitamente pedir a revisão do ponto, é o que faremos. -----

----- **RETIRADO para posterior discussão na próxima sessão da assembleia municipal.** -----

**3. ----- Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação.** -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2023, **deliberou por maioria, submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- **Não houve intervenções,** por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**

-----No uso da competência prevista na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, pelos 33 membros presentes na sessão.** -----

**4. ----- Prestação de Contas do ano de 2022.** -----

Costas  
M  
R

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2023, **deliberou por maioria, aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada para aprovação os documentos de Prestação de Contas do ano de 2022, nos termos e para os efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas (C & R Ribas Pacheco, SROC, Lda.), em cumprimento do n.º 1 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).** -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAR, Coligação Acreditar Lousada:** «Esta Prestação de Contas que nos é apresentada relativa ao ano de 2022, reflete naturalmente a maior ou menor percentagem de execução do plano e orçamento aprovado apenas pelo Partido Socialista. Isto é, estas são as contas relativas àquilo que sozinhos definiram e aprovaram no Plano e Orçamento para 2022. E, neste contexto, cabe-nos a nós, deputados eleitos a esta Assembleia Municipal, pela Coligação Acreditar Lousada, apenas fazer uma análise cuidada, atenta das mesmas e por isso declaramos desde já, que também por este motivo que a nossa orientação de voto será a abstenção. Apesar disto, importa evidenciar um conjunto de dados objetivos, quer do lado da execução da receita, quer do lado da execução da despesa, que nos parece importantes nesta análise. Do lado da execução da receita, importa referir que a diferença de valor entre o orçamentado e o executado é uma vez mais de milhões, isto é: A receita total cobrada de 42.739 milhões de euros, é de 51 milhões 203 mil euros de receita corrigida, traduzindo-se numa taxa de execução total de 83.5%. A execução de receita de capital continua baixa, subiu, naturalmente em relação ao ano de 2021, julho de 30 e poucos por cento para 57.3%, isto é, com uma dotação inicial de 15 milhões 039.749.87 e, efetivamente uma execução de 8 milhões 619. 808. 96, é caso para dizer que nesta matéria, relativamente a receitas de capital, se prometeu muito e se deu muito pouco. Já no que concerne à execução da receita corrente no valor de 31 milhões 819 mil 289.01, o Município conseguiu aqui superar o previsto, isto é, executando 107% a destacar que para atingir este valor de execução, o município cobrou em impostos diretos, 110.5%; em impostos indiretos, 153.5% e, em taxas e multas 120.8%, o que permite concluir do lado da receita que o Município tem naturalmente beneficiado bastante da dinâmica da atividade económica, o mesmo é dizer da cobrança de impostos diretos e indiretos e errado muito na previsão, com execução de receitas de capital, o que o mesmo é dizer o adiamento de obras projetadas e prometidas. -----

Do lado da despesa total paga de 41 milhões 040. 373.01, tivemos e assistimos a uma execução de 80.2%. No que concerne à despesa corrente, um nível de execução de 90.6%, atingindo o pagamento na ordem dos 25 milhões 478 mil. Já no que concerne à despesa de capital, tivemos uma

execução apenas, apesar de ter subido 2021 para 2022 para 67.5%, isto de referir e a atender que beneficiou do acréscimo de receita corrente que permitiu pagar a despesa de capital. -----

Salientar o aumento de passivo, também importa referir, sobretudo o aumento do passivo a curto prazo, que passou de 4 milhões 856 mil 206.07, em 2020 para 6 milhões 619 mil 668.22 para 2021. E, em 2022, 7 milhões 739. 74. Também subiu a médio prazo ou a médio longo prazo, 7 milhões 972. 087 para 10 milhões 170. 231.11. -----

Já no que diz respeito ao valor da dívida total, passou para 16 milhões 399 591.68. Ainda assim, aquém, muito aquém do permitido pela lei. Por último, salientar que no ano de 2021, o Município tinha apresentado uma evolução de indicadores orçamentais financeiros piores que os de 2020. Eu estou a falar nos indicadores ou rácios de liquidez geral, liquidez imediata sobre a habilidade e autonomia financeira.-----

Relativamente às contas de 2022, melhoraram efetivamente, esse problema foi ultrapassado, à exceção do rácio da autonomia financeira, que se mantém praticamente inalterado. Para concluir, gostaríamos de salientar o seguinte: E, aqui a primeira questão, não tem a ver com a Coligação Acreditar Lousada é o que está escrito, o senhor Presidente já referiu, isto, é o que está escrito no Certificado Legal de Contas, que é uma questão legal, apenas, nem dou muita importância, mas acho que é importante referir, ter atenção ao facto do Município ter vindo de forma reiterada a apresentar uma execução orçamental na receita abaixo dos 85%. Segunda a conclusão que acho que é importante que é nestas prestações de contas, é evidente o enorme peso nas receitas de impostos diretos e indiretos, taxas e multas e também é uma evidência grande. A expectativa de receitas de capital que depois recorrentemente não se verificam, disse.»-----

-----  
**Intervenção do Membro Municipal, JOÃO FONSECA, Partido Socialista:** «Permitam-me antes de mais cumprimente a Mesa no nome da senhora Presidente, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores caros colegas, público aqui presente e que nos assiste por via eletrónica. Depois de analisados os documentos não estamos minimamente surpreendidos com a evolução das contas e da gestão do executivo em geral. Ao longo dos anos fomos habituados a um equilíbrio de contas e facilmente se percebe o resultado, mas vamos aos factos: verificamos que a nível da execução orçamental se confirma na globalidade a melhoria do seu comportamento, tanto a nível da receita como da despesa, situando-se acima dos 80%, com um crescimento na ordem dos 10%, face ao ano anterior. No que concerne à estrutura de receita, as transferências correntes representam 44%, do total da receita e superam largamente o valor das receitas provenientes de impostos, taxas que foram de 22,9%. Assim, fica demonstrado que as receitas fiscais não são a maior parcela de receita da autarquia. Segundo o anuário financeiro dos municípios portugueses de 2021, na generalidade dos Municípios o peso da receita fiscal é de 38,4%, da receita total, contra os 22,9% do nosso

costa  
my  
NE

Município, que é substancialmente mais baixa. -----  
Relativamente à estrutura da despesa, aquisição de bens de capital é a rubrica mais representativa, com 32,4% do total da despesa, com mais 4,7 milhões de euros do que no ano passado. Mais uma vez, se compararmos com o anuário financeiro dos Municípios Portugueses 2021, verificamos que na generalidade dos Municípios, a rubrica mais representativa na estrutura de despesa, é a rubrica despesas com pessoal, enquanto no nosso Município este ano a rubrica mais representativa é aquisição de bens de capital. Isto diz bem como é gerido o erário Público no nosso Município. Numa breve análise à demonstração de resultados e do balanço, mantém-se o expectável, contas certas e equilibradas, que permitem não só executar o programa proposto aos munícipes, mas também salvaguardar a implementação de qualquer medida de exceção e de austeridade. Senão, vejamos, temos aumento substancial do ativo, não corrente em particular do ativo fixo tangível e que evidencia o desempenho deste tipo de investimentos. Ao nível do passivo, encontra-se com valores que não constituem qualquer tipo de constrangimento e muito abaixo da média dos municípios, onde o passivo por habitante é de 625€ e em Lousada é de apenas 431€. Verificámos a existência de um resultado claramente positivo de mais de 6 milhões de euros. Concluimos que, desta forma, e como já tive oportunidade de expressar estamos muito satisfeitos com o equilíbrio das contas. Disse.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CORREIA, Partido Socialista:** «E, apenas dar nota de uma coisa que é importante. Aumento da receita por via de impostos diretos e indiretos, inflação. Claramente se aconteceu no Estado Central e necessariamente acontece na Autarquia Local, acho que isso é público, é notório aparece todos os dias nos telejornais, parece-me óbvio. Aumento das taxas, presumo eu que tem a ver com a dinâmica que tem havido no concelho de nova construção e de novas empresas e parece-me que isso é óbvio. E, deixa-me dizer-vos uma coisa, ainda bem, porque se nós vamos construir uma piscina para cada 20 mil habitantes, nós temos de ter dinheiro de algum lado? Portanto, vamos a isso.»-----

-----**Intervenção do Membro Municipal, AGOSTINHO GASPAS, Coligação Acreditar Lousada:** «Eu aceito o desafio da piscina, porque só avisam, desculpa o termo, tenho confiança para isso, tacanha, é que não percebe, porque é que se devia haver uma piscina municipal por cada 10 mil habitantes. Mas deixe-me dizer isto... por 20 mil habitantes. Mas deixe-me dizer-lhe, senhor Deputado, que este tipo de comentários foi exatamente o mesmo que tiveram por cada 5 mil habitantes de ter um pavilhão gimnodesportivo e agora já estão na fase do sintéticos, percebe? O tipo de comentários, recorrentemente que já fez aqui, hoje, e colega seus, digo de outra forma, camarada seus aqui teceram em relação à nossa proposta de então, foram até bem piores e, depois foram fazê-los. Pois é, é preciso puxar a fita atrás. Disse.» -----

castro  
J  
de

-----**Intervenção do Membro Municipal, JOÃO CORREIA, Partido Socialista:** «Senhor deputado desafio aceite, sempre que quiser puxar a cassete atrás, também a puxo. Eu vim aqui na primeira volta, não sei, porque é que está a dizer isso a mim!... Eu vim aqui na primeira volta. ----- Ouça no combate político não tenho medo do senhor ou de qualquer outra pessoa da Coligação Acreditar Lousada, era o que mais faltava... --- O que lhe quero dizer é: Albergaria, tinha 3 piscinas, fechou as todas. Acho que agora estão a abrir uma, não é. É isso que os senhores querem? Sabe porquê que eles fecharam, não sabe? Eu digo-lhe, porque faltava tempo, faltava tempo, faltava tempo. -----

O que lhe quero dizer, é, este ponto não é para discutir piscinas, de todo modo, o que lhe quero dizer é: a partir do momento, se nós temos mais receita e o senhor vem aqui criticar esse facto, é mau, porque se nós temos mais receita, isso permite-nos fazer outro tipo de investimentos. Isso permite-nos fazer outro tipo de investimentos, que certamente e, na minha ótica e já o tive aqui ocasião defender nessa altura, construir mais 2 ou 3 ou 4, as piscinas que você quiser em Lousada, não é uma prioridade e não faz sentido. Da mesma maneira que já aqui o disse hoje e volto-lhe a dizer, da mesma maneira que não é uma prioridade fazer um parque de estacionamento por baixo do Sr. dos Aflitos, não é prioridade. E, volto-lhe a dizer, lamento, o senhor é oposição, pode apresentar as propostas que quiser e bem e façam, que esse papel da oposição. O papel de quem está a liderar e tomar as decisões que, no seu entendimento, na sua consciência, naquilo que é a sua visão política melhor interessam ao concelho e à defesa das populações, ponto. -----

E, na ótica do Partido Socialista e provavelmente deste executivo construir mais piscinas, não é, ponto. E, por aqui me quedo apenas para dizer que o aumento de receita é positivo e permite provavelmente fazer novos investimentos em áreas que o executivo com o beneplácito e do apoio do Partido Socialista entenda como sejam relevantes.» -----

-----**SAIU DEFINITIVAMENTE DA SALA, ÀS 23 HORAS E 45 MINUTOS, O MEMBRO MUNICIPAL: João Carlos Pinto Correia, do Partido Socialista.** -----

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Relativamente à Prestação de Contas, acho que a análise do Dr. Agostinho Gaspar, até não foi muito má. E, porquê? Porque a contas são boas e perante as evidências... -----

Há aqui duas notas, que se prometeu muito e executou-se pouco, porque a receita de capital foi mais baixa do que o previsto. Há bocadinho expliquei porquê. Porque as obras resvalaram no tempo, mas estão a ser executadas e, aquilo que não foi executado em 2022, vai ser executado em 2023. -----

Quanto à questão do aumento do passivo de curto prazo, dívida a

Costa  
M  
R

fornecedores, já expliquei isto em tempos, é por uma dificuldade que existe de gestão de tempo. Antigamente, era possível nos primeiros dias de janeiro pagarmos despesa do ano anterior, mas há muitos anos que isso não é possível, e por isso ou nós conseguimos pagar até 30 de dezembro, ou a dívida já transita para o ano seguinte. E há ali sempre umas pontes e, portanto, é um mês com poucos dias úteis de trabalho e há muita receita que entra no final do mês. E a grande dificuldade é processar muitas das vezes pagamentos, porque não é por falta de liquidez. E, só mesmo por isso é que pode haver um aumento de dívida a fornecedores a 31 de dezembro, mas depois logo nos primeiros dias de janeiro, isso é regularizado. E, o que é que eu poderia dizer relativamente à Prestação de Contas, parece-me que as considerações assim mais importantes ao nível da execução orçamental e da receita, já aqui foi dito, houve um aumento significativo da execução da receita de 10 pontos percentuais face ao ano anterior e atingimos como aqui foi dito, os 83,5%. -----

O total da receita cobrada atingiu o montante de 42,7%, portanto +7,4 milhões de euros, ou seja, um aumento de 21%. Mas contrariamente àquilo que disse a Coligação na reunião de Câmara, hoje não o disse, mas disseram-no na reunião de Câmara, que foi à custa de um tremendo aumento da receita de impostos. Hoje, o Dr. Agostinho Gaspar também disse que se deve muito ao aumento significativo das receitas de impostos diretos, impostos indiretos, taxas e multas. Sim, houve um aumento, mas não foi isso que determinou este aumento substancial das receitas. Este aumento substancial das receitas deve-se sobretudo às transferências e porquê? Porque houve, como todos sabem, um dossier de transferência de competências e houve também transferências financeiras para o efeito, ao nível das transferências correntes, houve aqui um aumento significativo de mais de 3,3 milhões de euros. Houve também um aumento de transferências de capital de 1,2 e, portanto, tem que ver sobretudo com a execução de fundos comunitários e nos passivos financeiros 1,3 tem que ver não com a contratação de empréstimos, mas com a utilização de empréstimos que tinham sido contratados. -----

E, no que respeita ao peso relativo de cada receita, verifica-se que as transferências correntes continuam a ser a maior parcela da receita autárquica, apresentando o peso de 44% na receita total. Ao nível da despesa, também houve aqui um aumento de 9 pontos percentuais face ao ano anterior, atingindo 80,2. Naturalmente, o que as normas contabilísticas referem seria os 85%, mas como sabemos todos, não há qualquer consequência para isso. Aliás, até há Municípios que têm uma estratégia para resolver este problema que é, no final do ano, fazerem uma alteração orçamental e depois as contas dão 85/90, o que quiserem. Portanto, nós não temos feito isso, porque achamos que não há interesse nenhum nisso e vocês têm de dizer alguma coisa, se não depois não têm nada que dizer aqui nas Assembleias Municipais. Em 2022, a despesa assumida reparte-se em 62,1, despesa corrente e 37,9 despesa de capital. Portanto, tendo esta despesa de capital crescido, também conforme aqui já foi dito para os 42,7, ou seja, +4,6 milhões de euros relativamente a 2021. E depois, a despesa

corrente cresceu apenas 8,6, mais de 2 milhões de euros relativamente ao anterior e esta parte parece-me importante, porque estes dados são apresentados apesar das novas responsabilidades que nós assumimos com a educação, porque a partir de abril, nós assumimos a transferência de competências da educação. Este pacote só vai ter os efeitos na sua plenitude, agora em 2023 quando assumimos a saúde, mas a maior parte desses encargos já foram assumidos no ano anterior. Outro aspeto que me parece muito importante é que a componente mais representativa da despesa é aquisição de bens de capital, com o peso de 32,4, no total da despesa realizada. -----

-----Relativamente à informação patrimonial dos resultados económicos, quanto ao ativo, não foi aqui referido, mas acho que é importante dizê-lo que há aqui uma reserva que o ROC refere no seu relatório e que tem que ver com uma questão que já foi falada aqui nos anos anteriores, que tem que ver com a dificuldade de avaliação e de atualização do ativo fixo tangível, que tem que ver sobretudo com o domínio público, com os caminhos, etc. E, nós estamos a ver quanto é que nos pode custar um trabalho de atualização desse ativo, porque temos um interesse efetivo, agora com o novo contrato de concessão da EDP, interessa-nos saber qual é o valor atual do nosso ativo em termos de rede de energia elétrica. E, fazendo isso acaba por ser resolvido esta questão e deixa de haver qualquer reserva nos anos subsequentes, relativamente à Certificação Legal de Contas. -----

-----Relativamente ao passivo, como aqui foi dito, também, há aqui um acréscimo em relação a 2021, que foi provocado essencialmente pela rubrica financiamentos obtidos e que registou um aumento em relação ao ano anterior de 2,1 milhões de euros e que tem que ver, como disse, também, sobretudo com a utilização de empréstimos já contratados. -----

---- Relativamente ao resultado líquido, houve um aumento expressivo face ao ano anterior. E, portanto, em resumo e as conclusões que podemos, acho eu retirar desta Prestação de Contas é que, no fundo, estes documentos que hoje colocamos à aprovação da Assembleia, são o sinal da trajetória dos investimentos e estratégias que nos comprometemos executar no nosso programa. E que são contas que refletem o desenvolvimento e a dinâmica do nosso Município e que mostra que estamos no rumo certo, que foi sempre um dos nossos pressupostos de governação em nunca abdicar das contas certas e acho que é uma questão também de responsabilidade intergeracional de no fundo, não comprometer os projetos, as ambições, as ideias de quem nos vier a suceder nestas funções. Acho que temos essa responsabilidade de deixar a quem nos sucede os mesmos meios que nós tivemos à nossa disposição quando assumimos a estas funções. E, por isso é com alguma estranheza e repúdio que me deparo com as afirmações que a Coligação proferiu, nomeadamente que a estrutura da receita é muito assente em impostos, taxas, multas e transferências correntes, porque efetivamente as contas demonstram que não é assim. Porque fora esta questão dos impostos, taxas, multas e transferências correntes, o que é que temos mais de receita?

leostw  
my  
R

Temos a venda de bens e serviços correntes, temos a venda de bens de investimento, os passivos financeiros e as transferências de capital. E, portanto, a função de uma Câmara Municipal não é propriamente a mesma de uma empresa comercial. A nossa função em termos económico-financeiros é implementar as estratégias e investimentos tangíveis e intangíveis para criar condições para melhorar as condições de vida dos nossos concidadãos e não propriamente ter aqui uma lógica empresarial, cujo objetivo principal é a venda de bens e serviços. Mas também a este nível da venda de bens e serviços, acho que as contas que nós apresentamos têm resultados muito positivos, com um aumento de 4%, creio eu. E, portanto, analisado a nossa estrutura de receita, comparativamente com os restantes Municípios, creio que esta análise é sempre útil, nós compararmos com a média nacional em termos de impostos e taxas na generalidade dos Municípios, a receita fiscal é de 38.4%, da receita total e, em Lousada é de apenas 22,9, portanto, menos 15,5, o peso dos impostos e de taxas face à receita total, contrariamente àquilo que é a média nacional em que esse peso é superior em 15.5%. -----

-----Depois, relativamente às transferências correntes, também me parece muito importante esta parte em Lousada, as transferências correntes representam 44%, da receita, enquanto na generalidade dos Municípios esse peso é 33.7. E, como disse também em termos de vendas de bens e serviços, também temos crescido, sobretudo pelo facto de termos um sistema de abastecimento de água e de saneamento. Portanto, temos no fundo uma estrutura de receita muito equilibrada e como aqui também disse o João ao nível dos indicadores de impostos diretos por habitante, a média em termos nacionais é 238€, por habitante e em Lousada é de apenas 132€. Isto são dados que podem ser verificados através do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. -----

-----No que respeita à rubrica de despesa com pessoal que hoje por acaso não foi falado, mas também é importante referir. Nós, apesar de termos mais funcionários que vieram da educação este ano, da saúde e contratações que fizemos na área social, apesar de ter aumentado, obviamente, em termos absolutos, a despesa com pessoal, em termos relativos, isso não aconteceu. Houve um decréscimo do peso da despesa com pessoal face à despesa total. E, estarão lembrados de em exercícios anteriores, quando nós éramos acusados de estarmos a aumentar muito a despesa com pessoal, nós sempre dissemos que a realidade de Lousada era muito diferente da generalidade dos concelhos, porque até que este dossier da transferência de competências foi implementado eram poucos os Municípios a nível nacional que já tinham delegação de competências da educação. Nós já tínhamos, há umas décadas. E, portanto, tínhamos muito mais funcionários do que a generalidade dos Municípios tinham, para além desta lógica que também existe aqui em Lousada de internalizar serviços. Nós temos tudo internalizado, exceto a recolha de resíduos e os serviços que a Século XXI presta, tudo o resto está aqui. Enquanto como sabem, um pouco por esse país fora há serviços municipalizados, há empresas municipais para esta área e para aquela. E, apesar de tudo isso,

nós temos este peso relativo da despesa com pessoal face à despesa total muito abaixo da média nacional e a decrescer, o que é um bom sintoma. Contrariamente àquilo que disseram em anos anteriores, de que a Câmara estava no mau caminho, que daqui a pouco não tinha recursos para mais nada que não fosse pagar salários, e que não fosse “o milagre dos fundos comunitários” a Câmara não conseguiria realizar qualquer obra, etc., o certo é que as contas evidenciam precisamente o contrário, ou seja, nós conseguimos cada vez mais gerar poupança corrente, ou seja, conseguimos, cada vez mais, afetar a receita corrente a despesa de capital. Ou seja, estamos no bom caminho. Eu aqui cometi uma gaffe na reunião de Câmara, porque referi que havia uma poupança corrente de 3.6, mas na verdade é bem superior, era esse o resultado face àquilo que era a dotação inscrita no orçamento, mas a execução foi muito superior e, portanto, foi de 8.6, a poupança corrente, o que é um dado excelente. E, portanto, acho que esta parte de que no fundo há esta continuidade de financiar despesa de capital através da receita corrente é um aspeto muito positivo destas contas. E, portanto, as contas do Município continuam a merecer o nosso regozijo. Não é essa a nossa única preocupação, porque, naturalmente, isso limita a nossa ação e muitas realizações que queremos fazer. E, daí muitas das vezes, os senhores Presidentes de Junta quer sejam da Coligação, quer sejam do Partido Socialista, terem que esperar às vezes 2 anos por ver realizadas as suas ambições, mas pouco a pouco, à medida que as disponibilidades orçamentais e financeiras nos permitem, vamos conseguindo realizar todos os nossos objetivos de uma forma planeada, faseada, numas alturas realizando investimento mais numas freguesias, noutras alturas noutras. O investimento em Lousada, e em qualquer local do país, nunca se faz todo ao mesmo tempo, ao mesmo ritmo, e em todo lugar. Portanto, temos que fasear e, portanto, o que interessa é que temos a clara convicção de que temos sido justos e equitativos nas abordagens que fazemos, respeitando tudo e todos e, sobretudo, respeitando aquilo que é a vontade popular, porque sempre tive esse posicionamento, de depois das eleições virar a página e respeitar aquilo que foi a vontade popular. E, mais uma vez, repudio aquilo que nos pontos anteriores foi dito de que nós, enfim, beneficiamos uns em prejuízo dos outros. Não é esse o nosso posicionamento e depois faço questão de mostrar as tais evidências que há bocado foram faladas para que não haja qualquer réstia de dúvida a este nível e, portanto, no fundo, em conclusão estas contas é mais do mesmo, mas neste caso temos razões para estar todos satisfeitos e estar confiantes, relativamente às dificuldades presentes e aos desafios futuros, pois vivemos tempos de grande incerteza. E, portanto, esta nossa situação dá-nos aqui um conforto adicional, caso haja necessidade de fazer algum ajustamento, alguma medida mais especial e, portanto, Lousada continua no bom caminho.» -----

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO: -----

*Costa*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

-----No uso da competência prevista na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas (C & R Ribas Pacheco, SROC, Lda.), em cumprimento do n.º 1 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por maioria de 23 votos a favor (21 do Partido Socialista + 2 da Coligação Acreditar Lousada) e 9 abstenções da Coligação Acreditar Lousada, a Prestação de Contas do Ano de 2022.** -----

-----As nove abstenções foram dos seguintes Membros Municipais da Coligação acreditar Lousada: -----

- 1 - Leonel Domingos Reis Vieira da Silva; -----
- 2 - Agostinho Gaspar de Oliveira Ribeiro; -----
- 3 - Joaquim José Correia Bessa; -----
- 4 - Pedro Miguel Amaral Silva; -----
- 5 - Ana Cristina Leal Moreira; -----
- 6 - Ricardo Bessa Marques; -----
- 7 - Carlos Manuel Cunha Moreira; -----
- 8 - Luís Daniel Fernandes Peixoto, Presidente de Junta de Caide de Rei; -
- 9 - Fausto Manuel da Costa Oliveira, Presidente de Junta da União de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

#### 5. -----2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2023, deliberou por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal de Lousada para aprovação a 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa do ano contabilístico de 2023, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:

----- No uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação), **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 32 votos a 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de despesa do ano contabilístico de 2023.** ----



6. ----- 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/03/2023, deliberou por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada para aprovação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, no que concerne à área funcional de 16 Assistentes Operacionais de Ação Educativa, passando da categoria de Assistente Operacional Ação Educativa para a categoria de Assistente Operacional Educação Inclusiva, devido à importância e às tarefas diferenciadas que realizam, cumprindo o estipulado no n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

-----**SAIU DEFINITIVAMENTE DA SALA, ÀS 00 HORAS E 03 MINUTOS, O MEMBRO MUNICIPAL: Luis Daniel Fernandes Peixoto**, Presidente de Junta de Freguesia de Caíde de Rei. -----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:**

-----No uso da competência prevista n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023.** -----

7. ----- 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 03/04/2023, deliberou por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada para aprovação a 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, decorrente do processo de transferências de competências da Saúde para os Municípios e considerando que transitaram assistentes operacionais do Ministério da Saúde para o Município de Lousada a partir de 01/03/2023, é imprescindível efetuar a sua transição para o Mapa de Pessoal do Município para a carreira/categoria de Assistentes Operacionais – Ref.º 4.34 – Área Funcional Saúde, cumprindo o estipulado no n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

*lousada*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos a 2.º Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023.**-----

**8. -----Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento de um Dirigente Intermédio de 3.º Grau para o Serviço de Promoção do Desporto.**-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24 de abril de 2023, deliberou por unanimidade **propor e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 13.º da Lei 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação a designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 3.º grau para o Serviço de Promoção do Desporto, composto pelos seguintes Membros Efetivos:**-----

- **Presidente:** Eng.º José Carlos de Sousa Nogueira, Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente do Município de Lousada, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, a quem se reconhece competência na área funcional respetiva;-----
- **Vogal efetivo:** Dr.ª Vânia Gabriela Esteves da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos do Município de Lousada, quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal;
- **Vogal efetivo:** Dr.ª Telma Inês Xavier Correia, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do Município de Lousada, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal;-----

**Membros Suplentes:**-----

- **1º Vogal suplente:** Dr.ª Carla Filomena da Rocha Dias, Chefe da Divisão de Ação Social, Juventude, Atividades Económicas e Turismo do Município de Lousada, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, que substituirão os membros efetivos nas suas faltas e impedimentos.-----
- **2º Vogal suplente:** Eng.º Fernanda Maria Morais de Lemos, Chefe da Divisão de Mobilidade e Equipamentos, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, que substituirão os membros efetivos nas suas faltas e impedimentos.-----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

Costa  
M  
M

----- No uso da competência prevista n.º 1 do artigo 13.º da Lei 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação a designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 3.º grau para o Serviço de Promoção do Desporto, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 31 votos a designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 3.º grau para o Serviço de Promoção do Desporto.**-----  
-----

**9. ----- Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém - atribuição de um subsídio no valor de 11.020,18€, para a substituição do telhado da sede da Junta de Freguesia.** -----

----- Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 13/03/2023, deliberou por unanimidade **aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da atribuição de um subsídio no valor de 11.020,18€ (onze mil e vinte euros e dezoito cêntimos), à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, destinado à substituição do telhado da sede da Junta de Freguesia, nos termos previstos e para os efeitos preconizados na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação.**

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos a atribuição de um subsídio no valor de 11.020,18€ (onze mil e vinte euros e dezoito cêntimos), à Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, destinado à substituição do telhado da sede da Junta de Freguesia.** -----  
-----

**10. ----- Junta de Freguesia de Aveleda - atribuição de um subsídio no valor de 51.731,00€, para aquisição de terreno para ampliação do cemitério da freguesia de Aveleda.** -----

----- Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 03/04/2023 deliberou por unanimidade **concordar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da atribuição de uma subsídio no**

Costo  
M  
R

valor de 51.731,00€ (cinquenta e um mil, setecentos e trinta e um euros), à Junta de Freguesia de Aveleda, para permitir a aquisição do terreno necessário à ampliação do cemitério da freguesia de Aveleda, nos termos previstos e para os efeitos preconizados na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação. -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos a atribuição de um subsídio no valor de 51.731,00€ (cinquenta e um mil, setecentos e trinta e um euros), à Junta de Freguesia de Aveleda, para permitir a aquisição do terreno necessário à ampliação do cemitério da freguesia de Aveleda.** -----

11.-----União de Freguesias de Nespereira e Casais - atribuição de um subsídio no valor de 21.800,00€, para a aquisição do terreno necessário à ampliação do cemitério da freguesia de Casais. -----

-----Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2023, deliberou por unanimidade **concordar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da atribuição de um subsídio no valor de 21.800,00€ (vinte e um mil, oitocentos euros), à União de Freguesias de Nespereira e Casais, para permitir a aquisição do terreno necessário à ampliação do cemitério da freguesia de Casais, nos termos previstos e para os efeitos preconizados na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação.** -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos a atribuição de um subsídio no valor de 21.800,00€ (vinte e um mil, oitocentos euros), à União de Freguesias de Nespereira e Casais, para permitir a aquisição do terreno necessário à ampliação do cemitério da freguesia de Casais.** -----

leostw  
mj  
Rk

**12.-----União de Freguesias de Cernadelo, S. Miguel e Sta. Margarida - atribuição de um subsídio no valor de 21.459,00€, para a aquisição do terreno à ampliação do cemitério da freguesia de S. Miguel. -----**

-----Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2023, deliberou por unanimidade **concordar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da atribuição de um subsídio no valor de 21.459,00€ (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros), à União de Freguesias de Cernadelo, S. Miguel e Sta. Margarida, para permitir a aquisição do terreno necessário à ampliação do cemitério da freguesia S. Miguel, nos termos previstos e para os efeitos preconizados na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação.**

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos a atribuição de um subsídio no valor de 21.459,00€ (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros), à União de Freguesias de Cernadelo, S. Miguel e Sta. Margarida, para permitir a aquisição do terreno necessário à ampliação do cemitério da freguesia S. Miguel.** -----

**13.-----Beneficiação, Alargamento e retificação dos acessos à área de Acolhimento Empresarial da Ordem - Reconhecimento de Interesse Público Municipal. -----**

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 06/02/2023, deliberou, por unanimidade, **aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação do reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da alínea r) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da obra de beneficiação, alargamento e retificação dos acessos à Área de Acolhimento Empresarial da Ordem, concelho de Lousada, cumprindo os pressupostos para aprovação ao pedido de utilização em RAN, nos termos da alínea l) do artigo 22.º do DL n.º 73/2009 de 31 de março e REN, nos termos Ação II - Infraestruturas, do anexo I da Portaria 419/2012 de 20/12, para submeter às entidades DGADR e CCDR-n, respetivamente.** -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais

*lousada*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

**presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea r), do n.º2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos o reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da alínea r) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da obra de beneficiação, alargamento e retificação dos acessos à Área de Acolhimento Empresarial da Ordem, concelho de Lousada, cumprindo os pressupostos para aprovação ao pedido de utilização em RAN, nos termos da alínea l) do artigo 22.º do DL n.º 73/2009 de 31 de março e REN, nos termos Ação II - Infraestruturas, do anexo I da Portaria 419/2012 de 20/12, para submeter às entidades DGADR e CCDR-n, respetivamente.** -----  
-----

**14.-----Adesão do Município de Lousada como membro da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA).** -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2023, deliberou, por unanimidade, **aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da adesão do Município de Lousada à Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas - APDA (membro efetivo), bem como aceitação dos respetivos estatutos, em conformidade com a alínea k), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, bem como no disposto no n.º 1 do 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, aplicável por força do disposto dos n.ºs 2 e 3 do art.º 56º do mesmo diploma legal.** -----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:**

----- No uso da competência prevista na alínea k), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, bem como no disposto no n.º 1 do 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, aplicável por força do disposto dos n.ºs 2 e 3 do art.º 56º do mesmo diploma legal, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos a adesão do Município de Lousada à Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas - APDA (membro efetivo), bem como aceitação dos respetivos estatutos.** -----

-----**Esclarecimento do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** «Só um pequeno esclarecimento, quer neste ponto, quer depois

leostre  
✓  
N

no outro, que também é uma adesão a uma associação. A deliberação desta Assembleia ainda tem outras formalidades, porque atualmente para nós aderirmos a uma associação temos de demonstrar o Interesse Público nessa adesão e quais os benefícios e encargos que resultam da mesma. Portanto, temos uma série de formalidades a cumprir com o Tribunal de Contas e só depois é que essa adesão é efetiva.» -----  
-----

**15.-----Junta de Freguesia de Meinedo - atribuição de um apoio financeiro no valor de 1.600,00€, destinado à utilização do pavilhão Gimnodesportivo de Meinedo pelos Movimentos Seniores do concelho. -----**

----- Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2023, deliberou por unanimidade concordar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação de um apoio financeiro no montante de 1.600,00€ (mil e seiscentos euros), à Junta de Freguesia de Meinedo, destinado a apoiar a despesa decorrente da utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Meinedo pelos Movimentos Seniores do concelho, nos termos previstos e para os efeitos preconizados na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação.-----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**: -

-----No uso da competência prevista na alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), na sua atual redação, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos, um apoio financeiro no montante de 1.600,00€ (mil e seiscentos euros), à Junta de Freguesia de Meinedo, destinado a apoiar a despesa decorrente da utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Meinedo pelos Movimentos Seniores do concelho. ---**  
-----

**16.-----Aquisição de serviço de transportes escolares, em transporte coletivo de passageiros (passe escolar) para o ano letivo de 2023/2024 - assunção de compromissos plurianuais. -----**

-----Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 03/04/2023, deliberou por unanimidade remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada, conforme determina a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua redação atual, a autorização para assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de serviço de transportes escolares, em transporte coletivo de passageiros (passe escolar) para o ano letivo de 2023/2024, nos seguintes termos: -----  
Rubrica 05.01.02.02.10-----

- a) Ano de 2023 - 180.000,00€ + IVA à taxa legal em vigor (6%) e,-----  
b) Ano de 2024 - 245.000,00€ + IVA à taxa legal em vigor (6%). -----  
-----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:**

-----No uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 31 votos, a autorização para assunção de compromissos plurianuais para a aquisição de serviço de transportes escolares, em transporte coletivo de passageiros (passe escolar) para o ano letivo de 2023/2024.** -----  
-----

**17.-----Adesão do Município de Lousada como associado da Associação Llerasci - Associação de Liderança Local para as Cidades Rurais e Pequenas Cidades Europeias.**-----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2023, deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para aprovação da adesão do Município de Lousada como associado da Associação Llerasci - Associação de Liderança Local para as Cidades Rurais e Pequenas Cidades Europeias, bem como aceitação dos respetivos estatutos, em conformidade com a alínea k), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como no disposto no n.º 1 do 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, aplicável por força do disposto dos n.ºs 2 e 3 do art.º 56º do mesmo diploma legal. -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, PEDRO AMARAL, Coligação Acreditar Lousada:** «Neste ponto, só venho mesmo, uma vez que se falou aqui de distorcer palavras. Há cerca de um ano atrás quando intervimos nesta Assembleia a propósito do registo cadastral dos prédios rústicos e da intervenção do Sr. Presidente de Junta de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga acerca da manutenção dos jardins públicos por causas das abelhas, o Sr. Presidente da Câmara, na sua resposta, quis insinuar que eu tinha depreciado Lousada chamando-lhe rural e pequenina.-----  
Pois bem, registo, agora, com salutar ironia que não só os lousadenses, mas também o Sr. Presidente, apesar do que na altura quis transparecer, percebeu exatamente o que eu quis dizer: que Lousada, pese embora o seu desenvolvimento urbano continua a ter marcas de ruralidade dos quais nos devemos orgulhar e que devemos preservar. Pelo que não podia deixar, nesse seguimento, de louvar a adesão do município à Associação de liderança local para as Cidades Rurais e pequenas cidades europeias. Concluindo apenas que, aparentemente, o orgulho nas nossas marcas rurais, só é mesmo depreciativo se vier da nossa parte. -----

*lousada*  
*my*  
*PK*

-----  
-----**Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:**  
«Só para acrescentar àquilo que disse o senhor deputado, Lousada é por  
enquanto, espero que por muito tempo, não direi para sempre, porque  
para sempre não está ao nosso alcance, mas enquanto eu andar por cá  
que seja e continue a ser “orgulhosamente Vila”.» -----  
-----

----- **Efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:** -----

-----No uso da competência prevista na com a alínea k), do n.º 2, do  
art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem  
como no disposto no n.º 1 do 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na  
sua atual redação, aplicável por força do disposto dos n.ºs 2 e 3 do art.º 56º  
do mesmo diploma legal, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por  
unanimidade de 31 votos, a aprovação da adesão do Município de  
Lousada como associado da Associação Llerasci - Associação de  
Liderança Local para as Cidades Rurais e Pequenas Cidades Europeias,  
bem como aceitação dos respetivos estatutos.**-----  
-----

**18.-----Relatório de Execução Orçamental e Financeiro - 4.º trimestre de  
2022 da Lousada Séc. XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M.  
Sociedade Unipessoal, Lda.** -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de  
13/03/2023, deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal,  
os documentos relativos ao relatório de execução orçamental e financeira  
- 4º Trimestre 2022, da empresa Lousada Século XXI- Atividades Desportivas  
e Recreativas - E. M - Sociedade Unipessoal Lda., apresentado pelo seu  
Conselho de Administração, para efeitos de acompanhamento e controlo,  
nos termos do artigo 42.º n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua  
redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015. -----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais  
presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO:** -----

-----No uso da competência prevista do artigo 42.º n.º 1 da Lei 50/2012,  
de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015,  
**a Assembleia Municipal de Lousada, tomou conhecimento dos documentos  
relativos ao relatório de execução orçamental e financeira - 4º Trimestre  
2022, da empresa Lousada Século XXI- Atividades Desportivas e Recreativas  
- E. M - Sociedade Unipessoal Lda., apresentado pelo seu Conselho de  
Administração, para efeitos de acompanhamento e controlo.**-----  
-----

**19.-----Instrumentos de Prestação de Contas da empresa Lousada Séc. XXI**

Castro  
L

**- Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. Sociedade Unipessoal, Lda., relativos ao Exercício de 2022. -----**

----- Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24/04/2023, deliberou, por maioria, **remeter à Assembleia Municipal para conhecimento e apreciação dos documentos relativos ao Instrumentos de Prestação de Contas da empresa Lousada Séc. XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. Sociedade Unipessoal, Lda., devidamente acompanhadas da certificação legal das contas, relatório e parecer do fiscal único, cumprindo o disposto do n.º 1 do artigo 42º e alínea h) do n.º 6 do art.º 25, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.**  
-----

----- **Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, recaindo a seguinte DELIBERAÇÃO: -----**

-----No uso da competência prevista do artigo 42.º n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, a **Assembleia Municipal de Lousada, tomou conhecimento dos documentos relativos ao relatório de execução orçamental e financeira - 4º Trimestre 2022, da empresa Lousada Século XXI- Atividades Desportivas e Recreativas - E. M - Sociedade Unipessoal Lda., apresentado pelo seu Conselho de Administração, para efeitos de acompanhamento e controlo.**-----  
-----

-----O senhor Presidente da Câmara, PEDRO MACHADO, solicitou a palavra à senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, para **fazer a seguinte intervenção:** «Peço desculpa, esqueci-me há bocado, devia ter feito no Período Antes da Ordem do Dia, para dar conhecimento que na terça-feira vem cá a Sra. Ministra da Habitação e vai estar aqui no Salão Nobre, por volta das 15h30min/15h45min, para fazer a apresentação do projeto de habitação acessível. Antes disso, vai, creio eu, visitar as obras do Bairro Dr. Abílio, mas desde já, estão os Srs. Presidentes de Junta e os elementos da Assembleia convidados e que o Sr. Vereador já sabia, mas foi uma coisa muito recente e, portanto, só para dar nota disso.» -----

**----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

**-----NÃO HOUVE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----**

----- E nada mais havendo a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, deu a palavra ao senhor José Bernardino Nogueira, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, que leu a Minuta da Ata.**

-----E, em seguida a **Presidente da Assembleia, Lurdes Castro**, submeteu à votação a Minuta da Ata n.º 10/2023, **que foi aprovada por unanimidade de 31 votos** e que fica apensa a esta ata, **declarando a Sessão encerrada às 00 horas e 27 minutos.** -----

----- **FALTOU À SESSÃO O SEGUINTE MEMBRO MUNICIPAL:** -----

- **Sandra Maria Leonor Pereira da Silva**, da Coligação Acreditar Lousada.-----

-----**NÃO TEM DIREITO À SENHA DE PRESENÇA NESTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/04/2023** O SEGUINTE MEMBRO MUNICIPAL: -----

- **Armando da Costa Silva, Presidente de Junta da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão)**, da Coligação Acreditar Lousada, uma vez que não esteve presente em pelo menos 50% do tempo total da sessão, de acordo com alínea a), do n.º 2 do artigo n.º 17 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada mandato 2021/2025-----

Lousada, 28 de abril de 2023.

**A Presidente da Assembleia Municipal**

Maria de Lurdes Oliveira e Castro Maria de Lurdes Oliveira e Castro

**O 1º Secretário**

José Bernardino Pinto Nogueira José Bernardino Pinto Nogueira

**O 2º Secretário**

Rúben João Pinto Bessa R-J Bessa

Ata aprovada na sessão ordinária de \_\_\_ /06/2023 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 28/04/2023.